

Análise da construção da Política Distrital de Agroecologia e Produção Orgânica no Distrito Federal

Eric Sabourin, Luiz Raimundo Tadeu da Silva, Mario Lucio Ávila

Texto para Discussão

Série Working Papers

Nº. 2

Brasília, novembro de 2019

Relatório preliminar

WP3 do Projeto INCT-Odisseia - Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia - Observatório das dinâmicas socioambientais, coordenado pelo Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (CDS/UnB); e

Projeto PDAPO-DF- Articulação das políticas distritais e federais de agroecologia e produção orgânica no Distrito Federal (CDS-UnB, MADER-FUP, CIRAD, Red PP-AL).

Resumo

A Política Distrital de Agroecologia e Produção Orgânica (PDAPO) do Distrito Federal do Brasil foi promulgada pela a Câmara Legislativa do Distrito Federal mediante a Lei Nº 5.801, do de 10 de janeiro de 2017. O presente estudo analisa a situação institucional e operacional da PDAPO DF, examinando seus antecedentes, seus atores, processos e os seus primeiros instrumentos.

O estudo, do ponto de vista teórico associa a análise de políticas públicas (Rua, 2014; Souza, 2006), a sociologia da ação pública (Lagroye et al, 2002; Lascoumes e Le Gales, 2012), em particular as redes de ação pública (Marsh e Rhodes, 1992; Massardier, 2008).

A metodologia combina a análise de documentos e arquivos e entrevistas com atores chaves da PDAPO, gestores, políticos, técnicos, acadêmicos e representantes das organizações de agricultores. Foi aplicado um arcabouço analítico comum a outros estudos sobre política estaduais de agroecologia e produção orgânica no Brasil.

Os principais resultados confirmam a atuação de um grupo de indivíduos pioneiros, desde os anos 1980, que após criar a Associação de Agricultura Ecológica do DF conseguiram promover uma série de iniciativas, eventos, programas e a ocupar cargos em instituições distritais e federais, construindo uma rede de ação pública a favor da agroecologia e da produção orgânica que culminou com a formulação de uma política distrital.

O documento está dividido em seis partes. A primeira apresenta os antecedentes e a situação da agricultura no DF; a segunda trata do processo de construção da PDAPO; a terceira apresenta as ideias e concepções mobilizadas e a quarta os grupos de interesse e coalizões atrás dessa política. A quinta parte introduz a institucionalização da política e os seus recursos e a sexta trata dos seus instrumentos e primeiros resultados.

Sumário

| | |
|---|----|
| Introdução..... | 1 |
| 1. Antecedentes e situação da produção agroecologia no DF | 5 |
| 1.1. Produção agropecuária..... | 5 |
| 1.2. Produção e comercialização de orgânicos | 7 |
| Atores chaves e trajetória do movimento para a agroecologia e a produção orgânica | 10 |
| 2.1. Os pioneiros: um grupo de elite programática | 10 |
| 2.2. Uma trajetória de “transição agroecológica institucional” | 11 |
| 3. Ideias e concepções da agroecologia predominantes na PDAPO | 15 |
| 3.1. As definições no texto da PDAPO | 15 |
| 3.2. As definições dos movimentos sociais e das organizações de produtores | 16 |
| 4. Grupos de interesse e coalizões políticas | 19 |
| 4.1. O grupo de interesse da produção orgânica..... | 19 |
| 4.2. O grupo de interesse da agroecologia | 22 |
| 4.3. O grupo de interesse do setor publico..... | 26 |
| 4.4. A configuração de uma rede de ação pública para agroecologia e produção orgânica | 27 |
| 5. Nível de institucionalização da política /recursos..... | 30 |
| 5.1. Modelo de governança /gestão..... | 30 |
| 5.2. Fontes de financiamento da agroecologia do DF | 30 |
| 6.1. Instrumentos et financiamentos da EMATER DF incluindo agroecologia | 31 |
| 6.2. Instrumentos que dialogam com a PNAPO ou com resultados mais relevantes | 33 |
| Conclusões | 37 |
| Referências..... | 40 |
| Anexos..... | 44 |

Análise da construção e implementação da Política Distrital de Agroecologia e Produção Orgânica no Distrito Federal

Eric Sabourin^a, Luiz Raimundo Tadeu da Silva^b e Mario Avila^b

a – Cirad Art-Dec & UnB PPGS CDS e MADER

b - UnB-FUP/PPGS MADER

Introdução

Desde 2013, o Brasil conta com uma Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) que reúne a mais de 120 ações de dez ministérios coordenados na Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica (CIAPO) em interlocução com a sociedade civil organizada no seio da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção orgânica CNAPO, sob a coordenação da Secretaria da Presidência da República (Schmitt, et al, 2017). As ações foram conduzidas a nível federal de acordo com o 1º Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANPO 1), para o período de 2012 a 2015. Elas foram redefinidas em 2015 no marco do PLANPO II (2016-2019) que não chegou a ser implementado, ou de maneira muito reduzida e fragmentada, em função da mudança de governo de outubro 2016, após o impeachment da Presidente Dilma Rousseff que tinha, de fato, mostrado um interesse especial por promover essa política.

No entanto, iniciativas anteriores ou posteriores de estruturação de políticas estaduais de agroecologia e produção orgânica nas unidades federativas do Brasil, mantiveram a sua trajetória. Vários estados contam com esse tipo de política construída em paralelo à PNAPO ou antes da PNAPO, em diálogo com a sociedade civil mediante câmaras estaduais de agroecologia e produção orgânica, a imagem dos estados do Paraná, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Bahia, Sergipe, Minas Gerais, Amazonas, Pará, Maranhão, etc.

Em 2017, equipes de pesquisadores reunidos na Rede *Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural na América Latina*, Red PP-AL (www.pp-al.org.es/), realizaram um balanço das políticas nacionais a favor da agroecologia em oito países da região (Sabourin *et al*, 2017).

Pesquisadores de oito Universidades Federais do Brasil¹ e outros membros da Rede PP-AL (ABA, AS-PTA, CIRAD, Embrapa e INRA) decidiram aplicar a mesma matriz de análise nas políticas estaduais de agroecologia e produção em 11 estados na União, examinando também quais são as interações existentes a nível territorial entre as políticas estaduais e a PNAPO, ou o que sobrou dela (Red PP-AL, 2019).

Apresentamos a seguir um estudo do processo de construção da recém-criada política de agroecologia e produção orgânica do Distrito Federal. Obviamente a política distrital sendo muito recente, ela não pode ainda ser avaliada. No entanto, ela foi precedida por uma série de iniciativas, instrumentos, eventos, programas que contribuíram para a sua formulação. É, mais especificamente, o exame dessa trajetória e dos seus atores e processos que caracteriza o presente estudo.

A Política Distrital de Agroecologia e Produção Orgânica (PDAPO) do Distrito Federal do Brasil foi promulgada pela a Câmara Legislativa do Distrito Federal mediante a Lei Nº 5.801, de 10 de janeiro de 2017 (Distrito Federal, 2017).

O presente estudo analisa a situação institucional e operacional da PDAPO-DF, examinando seus antecedentes, o processo da sua formulação, seus atores e a indicação dos seus primeiros instrumentos.

Do ponto de vista teórico, o estudo associa a análise de políticas públicas (Rua, 2014; Souza, 2006) e a sociologia da ação pública (Lagroye *et al*, 2002; Lascoumes e Le Gales, 2012), em particular a análise das redes de ação pública (Marsh e Rhodes, 1992; Rhodes, 2008; Massardier, 1997 e 2008, Le Naour, 2012).

Segundo Leslie Pal, uma política pública constitui “uma série de ações ou inações que autoridades públicas escolhem adotar para regular ou responder a um problema ou um conjunto de problemas interligados” (PAL, 1992, p. 2). Para Simeon (1976: 548), a política pública é “o que os governos fazem e porque o fazem”, mas é também o que os governos “escolhem não fazer” (DYE, 1984, p. 1).

A pesquisa baseou-se primeiro sobre um enfoque sócio-histórico das políticas públicas para agricultura familiar na América Latina a fim de elucidar o momento atual, as bifurcações e as rupturas. Segundo Payre e Pollet, “a sócio-história das políticas públicas expressa uma vontade de mostrar o Estado ou as instituições em ação através dos seus próprios atores - aqueles que os fazem existir - re-localizados no seu ambiente material” (PAYRE e POLLET, 2013, p. 40).

¹ UnB, UFMA, UFRGS, UFRRJ, UFPA, USP, UFAM, UFPR

A abordagem sócio-histórica das políticas públicas postula a inserção do político no social. Trata-se de contextualizar socialmente as políticas e de ir além de uma visão autocentrada no Estado, tomando por objeto de pesquisa os processos globais, regionais ou até culturais e o papel de atores chaves. Neste sentido, o enfoque sócio-histórico se interessa aos agentes intermediários, os mediadores, suas posições, suas carreiras, e permite considerar uma tipologia de regimes de circulação dos atores que remeta tanto a grupos sociais como a instituições (Payre e Pollet, 2005; Romano, 2009). A abordagem se baseia na ideia de que é preciso um distanciamento histórico e um deslocamento pessoal e institucional para buscar, na história (no tempo longo) e nas estratégias dos diversos grupos de interesses, uma leitura a partir de fatos contextualizados, de posicionamentos situados e não apenas de discursos e textos oficiais ou normativos.

Em segundo lugar, a abordagem da PDAPO e dos dispositivos e instrumentos que a antecederam baseia-se no referencial conceptual e metodológico do estudo da ação pública. Lagroye *et al.* (2002) definem a ação pública como o “conjunto de efeitos, não necessariamente previsíveis e coerentes, resultantes de interações entre instituições interdependentes, entre os agentes dessas instituições e uma quantidade de atores sociais interessados pelas decisões políticas” (LAGROYE *et al.*, 2002, p. 501). Lascoumes e Le Gales (2012) propõem analisar a ação pública a partir das relações entre cinco elementos: os atores, as representações, as instituições, os processos e os resultados.

“Os atores podem ser individuais ou coletivos, são dotados de recursos, têm certa autonomia, estratégias e são capazes de fazer escolhas, são mais ou menos guiados por seus interesses materiais e/ou simbólicos. As representações são os quadros cognitivos e normativos que dão sentido às ações, as condicionam e as refletem. As instituições são as normas, regras, rotinas, procedimentos que governam as interações. Os processos são as formas de interação e sua recomposição no tempo (...). Os resultados, (outputs) são as consequências, os efeitos da ação pública” (LASCOUMES e LE GALES, 2012, p. 45-46).

Finalmente, a noção de rede de ação pública vem completar esse enfoque, dialogando com ele em torno das relações entre os atores que promovem as políticas.

Segundo Rhodes (1978), as redes de políticas públicas são “conjuntos de ligações institucionais formais e informais entre agentes governamentais e outros atores estruturados em torno de crenças e interesses compartilhados, negociados de forma permanente, na formulação e implementação de políticas públicas”. Le Galès e Thatcher (1995) as definem como o resultado de cooperação não hierárquica mais ou menos estável entre organizações que se conhecem e se reconhecem, negociam, trocam recursos e podem compartilhar normas e interesses. Essas redes desempenham um papel decisivo na definição da agenda, da decisão e da

implementação da ação pública. Esta definição foi criticada, já que existe diferenciação de poder dentro das redes² como vamos verificá-lo no caso do estudo no DF.

Nossa primeira hipótese é de que os diversos instrumentos e programas a favor da agroecologia implementados no DF, e, finalmente, a PDAPO, foram promovidos por uma coalizão ampla da agroecologia e produção orgânica, que reúne diversos grupos de interesse. Identificamos três principais grupos de interesse: i) os produtores e redes da agroecologia, ii) os produtores e organizações da produção de orgânicos e iii) o setor público federal e distrital. Uma segunda hipótese considera que esses grupos de interesse, embora defendam, em primeiro lugar suas próprias causas, conseguiram interagir ou se unir, constituindo uma rede de ação pública a favor da agroecologia e da produção orgânica. E esta rede é mais ou menos estruturada e mais ou menos forte, em função dos ciclos ou momentos de sua trajetória desde os anos 1980 até hoje.

A metodologia combina a análise de documentos, arquivos e entrevistas de atores chaves da PDAPO, gestores, políticos, técnicos, acadêmicos e representantes das organizações de agricultores. Foi aplicado um arcabouço analítico comum a outros estudos sobre as políticas estaduais de agroecologia e produção orgânica no Brasil (Anexo 1) realizados no marco dos trabalhos da Rede *“Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural na América Latina”*. Foram entrevistados 18 atores no conjunto do DF durante o ano 2018.

O documento está dividido em cinco partes. A primeira introduz antecedentes sobre a produção orgânica e agroecológica no DF. A segunda apresenta os atores chaves no processo de construção das diversas iniciativas e da PDAPO. A terceira parte trata das representações e ideias desses atores. A quarta é dedicada aos processos e relações ligados à construção da política. A quinta parte introduz a institucionalização da política, seus recursos e seus primeiros instrumentos.

² A noção de redes foi amplamente mobilizada na análise das políticas públicas para designar a interação de atores múltiplos engajados na produção de bens públicos. Inscreve se segundo Le Naour (2012) num debate estruturante da análise das políticas públicas que opõe classicamente neocorporativismo e pluralismo político.

1. Antecedentes e situação da produção agroecológica e orgânica no DF

1.1. Produção agropecuária

Segundo a Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan, 2014), o DF experimentou três fases de desenvolvimento econômico: i) de 1960 a 1970, logo após a inauguração, foi centrada na construção civil; ii) de 1980 a 1990, consolidou-se como sede do Governo Federal, com maior relevância do setor público; e iii) de 1990 até hoje, a economia foi sustentada pelo tripé: comércio, setor público e serviços em geral.

A participação da agropecuária nas atividades econômicas do DF é, portanto, muito reduzida, com apenas 0,3% do PIB (Codeplan, 2014). Com uma área rural de 421.352,00 ha, praticamente vazia, após a criação do DF, foi necessário apelar para a vinda de agricultores de outras regiões para abastecer a região, como horticultores e verdureiros de São Paulo, principalmente descendentes de japoneses e agricultores gaúchos para a produção de grãos. Orsi (2001) observa que o Estado foi o indutor e não somente o mediador dos interesses entre as arenas sociais das diversas categorias de agricultores no DF.

Os registros históricos apontam que, até 1970, foram criados, nas áreas desapropriadas: 11 Núcleos Rurais, com 856 lotes, ocupando cerca de 38.200 ha, e área média de 44,62 ha/lote; uma Colônia Agrícola, com 173 lotes, em 1.802 ha, área média de 10,41 ha/lote e quatro Áreas Isoladas que somavam 163 ha, com uma média de 40,75 ha/área. Como não foi feita a desapropriação de toda a área rural, surgiram invasões e ocupações em todo o Distrito Federal, inclusive nos Núcleos Rurais e Colônias Agrícolas (CODEPLAN, 2014, p. 46).

Os dados preliminares do Censo Agropecuário 2017³ mostram que as atividades agropecuárias do DF se desenvolvem por meio de 5.246 estabelecimentos numa área total de 257.047,358 hectares. 1.400 estabelecimentos cultivam milho em grão (310 T); 304 estabelecimentos produzem 244.000 T de soja; 232 unidades produzem 6.500 T de banana e 88 unidades 4.400 T de goiaba. O DF conta 63.000 cabeças de bovinos e produz 20 milhões de T de leite, 12 milhões de aves e 17 milhões de dúzias de ovos, a maioria em sistema de granjas agroindustriais.

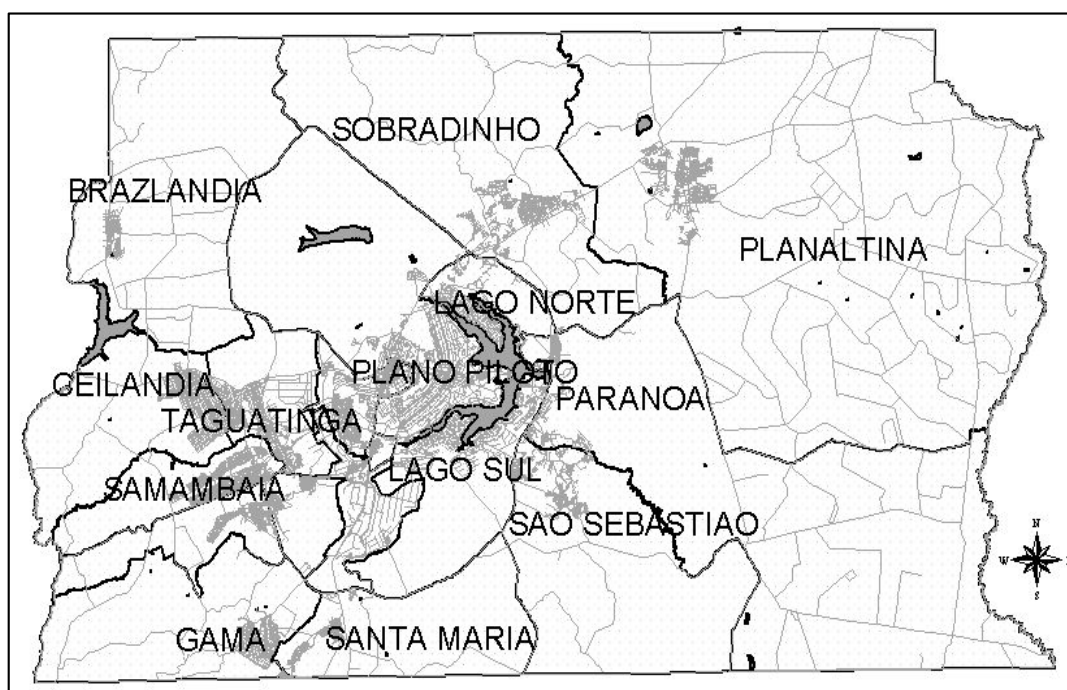
Os resultados preliminares do Censo Agropecuário 2017 indicam que 90% dos estabelecimentos tem menos de 100 há e que 60% se enquadram na categoria de agricultores

³ Os dados do Censo agropecuário de 2017 detalhados para o DF ainda não estão disponíveis

familiares. Estimativas de 2014 indicavam que a área média da agricultura não familiar é de 112,8 ha por unidade e a da agricultura familiar é 5,9 ha por unidade. Ou seja, a média do tamanho das unidades familiares é 19 vezes menor em relação a média das unidades não familiares (Codeplan, 2014).

Em 2017, dos 257.047 hectares de superfície agropecuária, 43% correspondem a lavouras (109 734 ha), 24% a campos de pastagem (68 000 ha), 27% a matas e florestas (70.000 ha) e 7% a frutas e hortaliças (16.800 ha). A agricultura ainda é responsável por somente 22.000 empregos diretos e movimenta aproximadamente R\$ 200 milhões por ano para todo o DF (EMATER, 2015).

Figura 1 Mapa do Distrito Federal



Fonte: Thomas (2013)

Segundo a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do DF (EMATER-DF, 2017) existem 12.000 propriedades rurais no DF, porém 8.000 correspondem a chcaras voltadas para o lazer. O DF produz 1.200 toneladas de alimentos vegetais, ou seja, 980 g/habitante do DF, e 27.000 toneladas de alimentos de origem animal (95% para a indústria de aves).

A política agrícola do DF é operacionalizada pela Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal (SEAGRI-DF). Existem três instituições públicas que contribuem para a implementação de ações públicas na agropecuária: a EMATER-DF, a Central de Abastecimento do DF (CEASA-DF) e a Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (Embrapa).

1.2. Produção e comercialização de orgânicos

O DF tem o potencial de se tornar um polo para produção agroecológica e orgânica pelas seguintes razões: a população tem alto poder aquisitivo⁴, a região conta com boa infraestrutura, o tamanho territorial reduzido favorece o mercado de circuitos curtos (direto para o consumidor, como feiras) e as condições climáticas são favoráveis (CODEPLAN, 2015, p. 14). O cultivo de alimentos orgânicos no DF atingiu no ano de 2015 a área de 775 hectares. Existiam neste ano 140 propriedades certificadas, 100 propriedades em conversão ou tecnicamente preparadas para certificação. O mercado cresce 20% ao ano e movimenta R\$ 30 milhões para um grupo de 40 mil consumidores frequentes (Codeplan, 2015). Hoje existem 210 propriedades com certificação orgânica e 1.075 empreendedores em fase de transição agroecológica. Ao somar os agricultores envolvidos na agroecologia e agricultura orgânica chega-se à quantia de 1.714 agricultores em 1.192 propriedades rurais (EMATER-DF, 2017).

A produção continua em franco aumento conforme mostra a Tabela 1. De acordo com a Codeplan (2015) a Superintendência Federal de Agricultura do DF indicava em 2015 a existência de 114 postos de comercialização de orgânicos distribuídos da seguinte forma: 60 lojas da rede de supermercado privado, 24 feiras orgânicas, e 30 estabelecimentos especializados e sacolões. Mesmo se esses pontos de venda são mais concentrados no Plano Piloto da cidade e Brasília, Capital Federal, o DF detém a maior densidade de lugares de comercialização de produtos orgânicos no Brasil.

No que tange à comercialização, em 2017 a EMATER-DF indica que foram produzidas 8.200 toneladas de hortaliças orgânicas. Para dar conta de escoar essa produção, o produtor de orgânico conta com 59 feiras de orgânicos além do Mercado Orgânico do Ceasa (cooperativa) e Mercado da Agricultura Familiar –MAF (EMATER-DF, 2017). A tabela 2 mostra a evolução de espaços de venda. O DF é a unidade federada do Brasil que conta a maior densidade de feiras agroecológicas em relação a sua população total.

Tabela 1: Evolução da produção orgânica do Distrito Federal em 10 anos

| | IGBE 2006 e SEBRAE 2007 | EMATER 2013 | EMATER 2017 |
|----------------------------------|-------------------------|-------------|-------------|
| Nº unidades produção | 161 | 220 | 1.192 |
| Nº unidades certificadas | 24 | 102 | 210 |
| Produção de Hortaliça (t) | 3000 | 6900 | 8.200 |

Fonte: Elaborada pelos autores a partir das informações compiladas por THOMAS, 2013, do Estudo de mercado de orgânico Codeplan, 2014 e do Relatório de atividades da Emater, 2017.

No que se refere à certificação, o DF conta atualmente com cinco entidades de Organização de Controle Social (OCS) em Planaltina, Grupo Floresta, Grupo São Sebastião, Associação de Agricultura Ecológica/AGE e Associação dos Trabalhadores Rurais da Agricultura Familiar

⁴ Segundo a Codeplan, 2015, o DF tem a maior renda per capita do país: R\$ 2.034,00.

ASTRAF) e um Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (OPAC) o Sindicato de Produtores Orgânicos do DF (SINDIORGANICOS).

Tabela 2: Evolução dos espaços de comercialização, de 2013 a 2017

| 2013 | 2017 |
|-------------------------------------|--|
| - Mercado Orgânico Ceasa/ COOPERORG | - Mercado Orgânico Ceasa/COOPERORG |
| - 24 feiras agroecológicas | - Mercado da Agricultura Familiar (MAF) |
| | - 33 feiras agroecológicas |
| | - 64 agricultores familiares no PAA/orgânicos |
| | - 52 agricultores familiares PAPA/DF orgânicos |

Fonte: Elaborada pelos autores a partir das informações compiladas por SABOURIN et al, 2014, Codeplan, 2015 e o Relatório de atividades da Emater-DF, 2017.

Segundo Fonseca *et al* (2010), em 2009, 80% da produção da região era consumida no DF. Pouco a pouco, a produção agropecuária do DF passou a se aproximar da autossuficiência sendo comercializada principalmente através da CEASA-DF. Pelo levantamento da Ceasa, das 102,33 toneladas de produtos comercializados em maio de 2015, 91,74% eram produzidos no DF. Tal índice também ocorre no caso de hortaliças à venda nas Centrais: acelga (95,23%), agrião (97,02%), brócolis (98,39%), coentro (94,11%) e manjeriço (99,79%) (Figura2).

A população do DF tem crescido a uma taxa de 25% nos 10 últimos anos (IBGE, 2010), chegando a quase 3 milhões, em 2018 dos quais 2.483.000 para a capital Brasília. O fato de a população da capital associar elevados níveis de educação e de renda explica a crescente demanda por uma alimentação diversificada, saudável e de qualidade. A EMATER DF (2013) estima que mais de 180.000 domicílios consomem produtos orgânicos, o que representa 6% do mercado alimentar. Tal realidade representa um crescimento de 40% entre 2006 e 2012 (EMATER 2013).

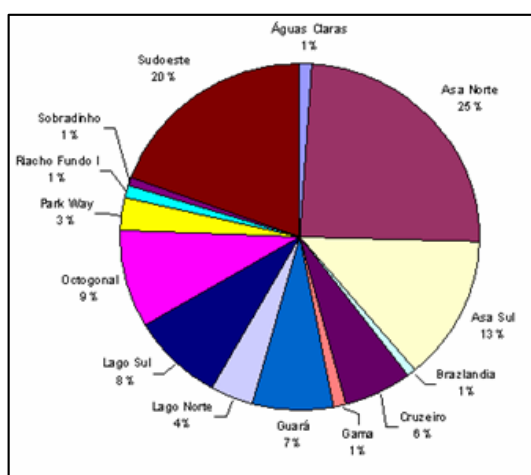
Figura 2: Distribuição dos circuitos de comercialização de orgânicos no DF (2013)



Fonte: Junqueira et al. (2006) e Thomas (2013)

Fonseca *et al* (2010) e Junqueira *et al* (2006) indicam que os consumidores de produtos orgânicos do DF apresentam um nível de vida elevado (88% ganham 13 salários mínimos, 27% de mais de 30 salários mínimos). Além disso, 86% têm formação superior, têm entre 30 e 60 anos, frequentam as feiras agroecológicas (75% uma vez por semana, 13% duas vezes por semana) e 61% estão dispostos a pagar um preço mais elevado para orgânicos. Todos os consumidores indicam a ausência de pesticidas como razão principal da sua opção (Fonseca *et al*, 2010). A concentração de consumidores de produtos orgânicos corresponde à geografia dos bairros residenciais os mais ricos da capital e das “cidades satélites”⁵. Fonseca *et al* (2010) constataram que a maioria dos consumidores reside no Plano Piloto (Asa Sul: 14% e Asa Norte: 24%), depois da zona do Cruzeiro (Sudoeste: 34%, Octogonal: 9% e Cruzeiro velho e Novo: 6%) e logo Lago Sul (12%) (Figura 3). Thomas (2013) notou a criação de novas feiras agroecológicas em 2013 em Planaltina, Sobradinho, Lago Sul (Jardim Botânico) e Lago Norte.

Figura 3. Distribuição dos consumidores de orgânicos nos bairros de Brasília



Fonte: Fonseca *et al*, 2010

Desde 2011, o DF tem acompanhado o estabelecimento de novas formas de comercialização dos produtos orgânicos e agroecológicos. Estas incluem as Comunidades que Sustentam a Agricultura (CSA), grupos de consumidores e produtores organizados em torno da Rede CSA Brasília⁶, afiliada a CSA Brasil⁷ (ver anexo 7). Neste modelo de consumo, a agricultura é apoiada pela comunidade. O agricultor deixa de vender seus produtos através de intermediários e conta com a participação das pessoas para o financiamento e escoamento da sua produção. Quem escolhe fazer parte de uma CSA, deixa de ser um consumidor e se torna um agricultor.

⁵ O DF é composto por uma única cidade que é Brasília. O termo “cidades satélites” é popularmente utilizado para designar as Regiões Administrativas (RAs) localizadas no entorno da RA central chamada de Plano Piloto. Mais detalhes podem ser vistos na Lei Orgânica do Distrito Federal, em particular, seu artigo 10.

⁶ <https://csabrasilia.wordpress.com/csabrasilia/rede-csa-brasilia>

⁷ <http://www.csabrazil.org/csa>

A missão da CSA Brasília é *“ser o elo de integração e fortalecimento do movimento social de Comunidades que Sustentam a Agricultura no DF, para promover uma cultura solidária, saudável e sustentável de produção e consumo de alimentos”*. (Cf site csabrasilia).

O DF já conta 30 CSA em atividade, em particular com agricultores orgânicos ou agroecológicos de vários assentamentos de reforma agrária (ver anexo 7). As CSA atuam em torno de oito princípios: i) produção orgânica, local, sem intermediários; ii) valorização da agricultura familiar; iii) fortalecimento da agroecologia; iv) gestão participativa, democrática e rotativa; v) cultivo de interações harmônicas; vi) postura de corresponsabilidade; vii) promoção do contato dos coagricultores com a terra; e viii) incentivo da prática da economia associativa.

2. Atores chaves e trajetória do movimento para a agroecologia e a produção orgânica

2.1. Os pioneiros: um grupo de elite programática

Todas as ações a favor da agroecologia e da produção orgânica passam por um pequeno grupo de militantes pioneiros. Isto foi confirmado pelas entrevistas realizadas junto a cinco deles e a doze outros atores do setor. Este grupo inclui agrônomos de Brasília, membros da associação de agrônomos do DF que, desde os anos 1980-1990, promoveram iniciativas individuais e integraram o movimento social da agricultura alternativa. A chamada “Agricultura Alternativa” difundia uma produção mais ecológica, que se reduzia muitas vezes, entretanto, ao esquema dos 4Cs (composto e adubação verde, cobertura morta, caldas, curvas de nível) e à fixação de nitrogênio no solo.

A coordenação deste grupo de pioneiros recém-formados e militantes da agricultura alternativa que estudaram agronomia juntos foi determinante para a promoção da agricultura ecológica e orgânica no DF. Estes se tornaram líderes de movimentos sociais, por exemplo, na Federação de Agrônomos do Brasil, e criaram, em 1989 em Brasília, uma das primeiras organizações de produtores e consumidores agroecológicos do Brasil a Associação de Agricultura Ecológica (AGE). Desde as décadas de 1980 a 1990, estes militantes passaram a ocupar espaços públicos e privados a favor da agricultura ecológica. Por exemplo, dentre os entrevistados, uma é produtora, hoje Presidente da AGE, a principal associação de produtores agroecológicos do DF; um foi técnico e logo responsável da produção orgânica e agroecológica na EMATER-DF; outro foi responsável pela coordenação de produção orgânica e logo agroecológica no Ministério de Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA), outro se tornou

dono da maior empresa de orgânicos do DF. Este último foi deputado distrital, Secretário de Ciência e Tecnologia do DF e até Presidente da EMATER. Ele promoveu a criação da AGE e depois a do Sindicato dos Orgânicos do DF dentro da Federação da Agricultura e Pecuária do Distrito Federal (FAPE-DF). Também contribuiu para um financiamento do mercado de orgânicos na CEASA pela Secretaria de Ciência e Tecnologia do DF (Landel, 2009).

Outros membros desse grupo ocuparam cargos na área de ensino, pesquisa e extensão como professores e pesquisadores na Universidade de Brasília (UnB), no Instituto Federal de Brasília (IFB) e nas empresas públicas técnicas especializadas em agropecuária (Emater e Embrapa).

Podemos reconhecer nesse grupo pioneiro “elites programáticas”, segundo a definição de Genieys (2007)⁸, de vários dos instrumentos e dispositivos de agroecologia no DF e até da gênese da atual PDAPO. De acordo com Genieys (2007), estas elites programáticas se caracterizam por trajetórias setoriais na alta administração do Estado, onde combinam habilmente uma aprendizagem profissional específica (no sentido do *social learning*) que coincide com o contorno atual de políticas públicas. Podemos verificar isso com as carreiras de quatro desses pioneiros na esfera federal (MAPA, Embrapa, UnB, IFB) e estadual (Deputado, Direção e presidência da EMATER, Secretário de Ciência e Tecnologia).

Esses pioneiros desenvolveram estratégias de carreira ancoradas em torno de um tema privilegiado e de um setor público específico: aqui a agroecologia e a produção orgânica. O seu poder se manifesta por uma alta concentração de capacidade em torno de um programa de ação pública singular resultando na formação de um sentido muito forte de identidade do grupo. As entrevistas com estes pioneiros do DF confirmam a existência e a persistência de uma identidade forte que atravessou os anos, as modas, os governos e as políticas.

2.2. Uma trajetória de “transição agroecológica institucional”

A noção de Agroecologia emerge como novo conceito da agricultura alternativa nos anos 2000. Mas segundo os técnicos da EMATER-DF, foi difícil mudar o rumo das instituições de ciência e tecnologia e da Secretaria de Agricultura. Nos anos 1990 existia, segundo o seu Presidente, “uma atividade dispersa da EMATER-DF a favor da agricultura mais comercial”.

Do ponto de vista dos instrumentos e programas, em 1992, foi assinado um convênio entre a UnB, o governo do Distrito Federal e a Fundação Mokiti Okada (MOA) do Japão. Essa fundação

⁸ Na definição de Genieys (2007:9) as elites programáticas “correspondem a um grupo de agentes altamente institucionalizados nos dispositivos da atividade política governamental, singularizando-se por uma forte especialização setorial (...). Com esses recursos, a sua lógica de ação coletiva seria finalizada pela formulação (ou defesa) de programas de políticas. Capaz de definir as metas e os meios de uma política, essas elites seriam assim equipadas com autoridade suficiente para aceitar sua escolha (política) aos governos, às vezes relutantes”.

MOA assumiu uma área em Brazlândia, onde estabeleceu uma rede de produção e comercialização de produtos orgânicos.

Quadro 1. A AGE Associação de Agricultura Ecológica do DF

A criação da AGE segundo um pioneiro:

A gente se encontrou, em 1987 num congresso de agricultura alternativa em Brasília e resolvemos criar um grupo. Então tivemos o apoio para se reunir na Associação dos Engenheiros Agrônomos do DF. E lá eles orientavam e fomos fortalecendo enquanto grupo, enquanto entidade, e criamos a associação pequena, com 8 a 10 pessoas, a Associação de Agricultura Ecológica, a AGE.

Criamos a primeira feira de produtos orgânicos aqui em Brasília na entrada da quadra 306 Sul. Dessa organização para a feira, foi quando criamos a Associação de Agricultura Ecológica (AGE) que existe até hoje. Ela foi certamente a primeira entidade relacionada ao campo da agroecologia aqui no DF. A AGE tinha esse papel de ser o apoiador desse movimento e também de viabilizar a questão comercial. Então começamos a ter pontos de vendas, ter mais feiras, até hoje tem a feira lá na Igreja Messiânica (315 Norte). Depois quando nós conseguimos a sede aqui na 909 Sul, conseguimos um espaço no sindicato de agricultura, aí depois fomos abrindo outros pontos.

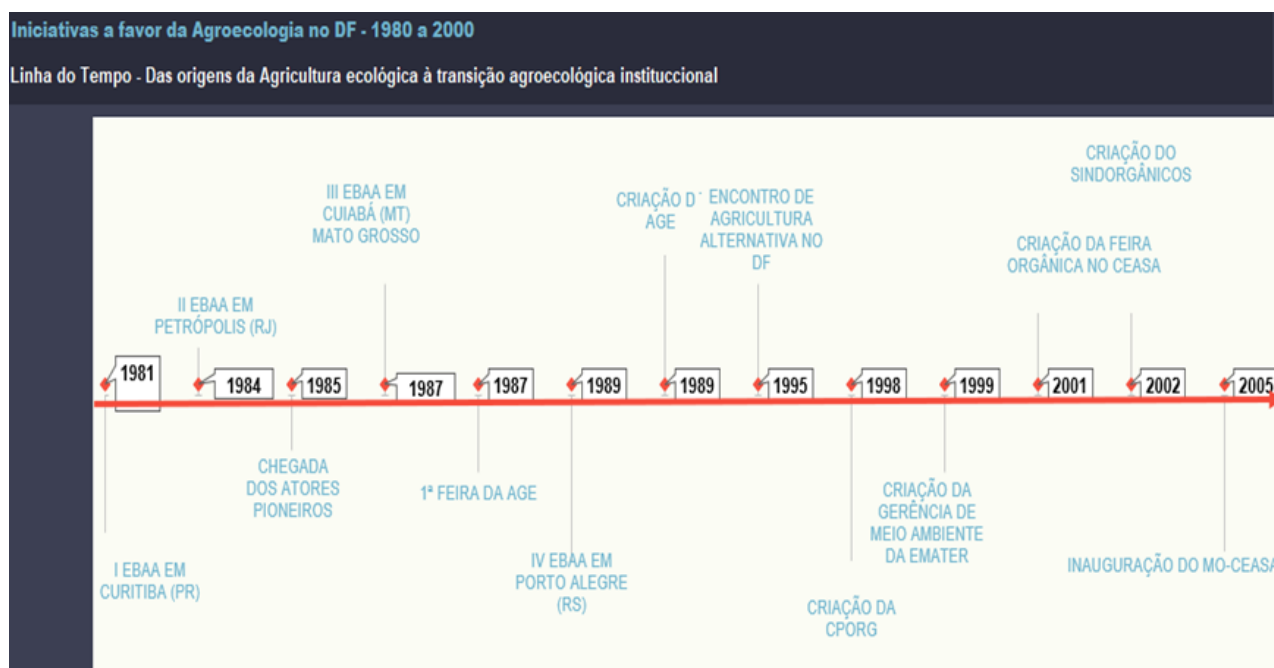
O problema das primeiras feiras segundo uma produtora agroecológica:

Não tinha nada que desse mais raiva para gente quando começamos com a nossa feirinha da Asa Norte, na Messiânica, que uns caras que montaram uma feira do outro lado da rua, com a faixa de produto orgânico, mas compravam no CEASA e por isso tinham muito mais itens que nós. Assim a gente não podia fazer nada, porque não tinha legislação que punisse o que eles estavam fazendo. Qualquer um podia se denominar produtor orgânico porque não tinha nada que impedisse. Então, para mim era muito claro que ter uma legislação era parte do processo. E por isso brigamos tanto para ter uma legislação que trouxesse para a agricultura orgânica brasileira os princípios agroecológicos e criamos a Comissão de Produção Orgânica do DF a CPORG em 1999 e logo o Sindiorganicos em 2002.

Com o governo de Cristovam Buarque, em 1995, houve uma primeira experiência de valorização local dos produtos do DF, entre outros agroalimentares, com o Programa de Verticalização da Pequena Produção (PROVE). No entanto, diante das demandas da sociedade e dos consumidores do DF por alimentos saudáveis, mas também pelas demandas dos produtores relacionadas ao custo de produção e aos problemas de saúde decorrentes do uso de agrotóxicos, em 1999 a SEAGRI iniciou um incentivo à produção orgânica. Ocorreu no âmbito do ProRural-DF, um programa de apoio às cadeias produtivas mediante uma programação anual de crédito para o pequeno e médio produtor. Na continuidade das ações da AGE e da EMATER DF, a Comissão da Produção Orgânica do DF (CPORG-DF) é criada em 1999 e o Sindiorgânicos, em 2002.

As tecnologias financiadas incluíam basicamente o composto, a cobertura morta, o redesenho da propriedade e a adubação verde para captação de nitrogênio. Contudo, nesse período, a maioria dos escritórios da EMATER-DF estava localizada em zonas de plantação de grãos com plantio direto, usando transgênicos e pesticidas. Portanto, poucos escritórios tiveram demanda para agroecologia ou produção orgânica.

Figura 4: Linha do tempo da agricultura alternativa até a produção orgânica no DF (1970-2007)



Fonte: Tadeu da Silva (2019)

Dentro da EMATER-DF, segundo a ex-coordenadora de agroecologia, houve um processo de “transição agroecológica institucional” que evoluiu a partir dos primeiros grupos de estudo da agricultura alternativa de 1982. A Figura 4, indica os eventos e movimentos que marcaram a trajetória para passar do tema da agricultura alternativa para aquele da produção orgânica.

A trajetória das ações, eventos e instrumentos a favor da agroecologia e produção orgânica no DF é marcada por três fases bem distintas:

- de 1980 a 1998: da agricultura alternativa a agricultura ecológica, culminando com a criação da AGE
- de 1999 a 2008: a consolidação da produção orgânica culminando em 2008, após a criação da CPORG, do Sindi-orgânicos, pela instalação do Mercado de Orgânicos na CEASA-DF.
- de 2008 até hoje, com a emergência de instrumentos para a agroecologia, o florescimento das feiras agroecológicas, a criação da PNAPO em 2012, culminando em 2017 pela realização do congresso brasileiro de agroecologia em Brasília e a promulgação da PDAPO DF.

Segundo o Presidente da EMATER-DF, que coordenou durante anos o apoio à agroecologia e à produção orgânica nessa instituição, o ano de 2003 pode ser considerado um marco em termos de financiamento do governo federal via o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA). Este financiou em particular a assistência técnica agroecológica (ATER Agroecologia a partir da PNATER 2004) e a comercialização com o Programa de Aquisição de Alimentos da agricultura familiar (PAA) e com preços diferenciados para produtos orgânicos. O MDA estimulou a atribuição de mais recursos para pesquisa na agroecologia na Embrapa Cerrados, Embrapa

Cenargen e Embrapa Horticultura, três centros que estão localizados no DF. A ATER, a partir de 2004, passou a ter uma vertente para agroecologia que foi reforçada com a criação da PNAPO.

Em 2005, um Arranjo Produtivo Local (APL) centrado na produção orgânica foi lançado pelo governo do DF com o objetivo de reforçar os laços e intercâmbios de conhecimentos entre os atores do DF. Em 2007, o Serviço de Apoio à Pequena e Microempresa do DF (SEBRAE-DF) calculam um aumento da produção orgânica no DF de 20% ao ano. Em 2005, é criado o Programa de agroecologia e produção orgânica da EMATER-DF recebendo um apoio mediante um edital do CNPq co-financiado pelo MDA. Ainda neste período, foram realizados os primeiros experimentos e unidades demonstrativas com sementes crioulas.

Hoje a EMATER-DF tem extensionistas capacitados em agroecologia e produção orgânica, porém as atividades continuam bem dispersas, já que as ações da EMATER incluem diversas linhas de crédito, produção, comercialização, guias de transporte e outras políticas para o meio rural. Antes de tudo, na escala do DF o Presidente da EMATER relata “a força dos movimentos sociais e da Universidade de Brasília para promover e fazer acontecer a agroecologia nos assentamentos de reforma agrária”.

3. Representações: concepções da agroecologia na PDAPO

3.1. As definições no texto da PDAPO-DF

O texto da lei que rege a PDAPO oferece várias definições dos conceitos utilizados (Quadro 2). É interessante verificar que estas definições retomam aquelas utilizadas no texto da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO). No entanto, não aparece uma diferenciação clara entre a agroecologia (que passa a ser o termo genérico, mas amplo para uma agricultura ecológica ampliada a justiça social) e a produção orgânica (que passa a ser um dos sistemas de produção para chegar à agroecologia, ao lado dos sistemas de produção de base agroecológica).

Quadro 2. Definição de alguns dos conceitos utilizados na lei da PDAPO (Distrito Federal, 2017)

I - Agroecologia: o campo do conhecimento transdisciplinar que estuda os agroecossistemas, visando ao desenvolvimento das relações entre capacidade produtiva, equilíbrio ecológico, eficiência econômica, equidade social e uso e conservação da biodiversidade e dos demais bens naturais, por meio da articulação entre conhecimento técnico-científico, práticas sociais diversas e saberes e culturas populares e tradicionais;

II - Sistema orgânico de produção: todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica; a maximização dos benefícios sociais; a minimização da dependência de energia não renovável, empregando, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos; a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização; e a proteção do meio ambiente;

III - Produção de base agroecológica: aquela que busca aplicar os princípios da agroecologia nos sistemas de produção, conservando a biodiversidade, usando racionalmente os recursos naturais e prezando pelo equilíbrio ecológico, pela eficiência econômica e pela justiça social;

IV - Transição agroecológica: processo de mudança gradual de práticas e manejos dos agro-ecossistemas tradicionais ou convencionais por meio da transformação das bases produtivas do uso da terra e dos recursos naturais, que leve os sistemas de agricultura a incorporar princípios e tecnologias de base agroecológica;

V - Produtos da sociobiodiversidade: bens e serviços gerados a partir de recursos da biodiversidade, destinados à formação de cadeias produtivas que promovam a manutenção e a valorização das práticas e saberes populares, assegurando aos agricultores os direitos delas decorrentes, para gerar renda e melhorar a qualidade de vida e do meio ambiente;

É mantida a nuance para os sistemas de produção orgânica utilizar *“sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos; a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização”* (DISTRITO FEDERAL, 2017: 2).

Segundo a ex-coordenadora de agroecologia e produção orgânica da EMATER-DF, *“foi preciso sensibilizar os produtores para alternativa de transição para agroecologia por meio das práticas concretas e não do discurso e da ideologia”*. Para os técnicos da EMATER-DF encarregados da implementação da PDAPO, *“a produção orgânica é diferente da agroecologia; é mais uma substituição de insumos que de práticas e de concepção, mas as duas têm a ligação comum de responder a uma demanda crescente do mercado dos consumidores do DF”*. (DISTRITO FEDERAL, 2017: 2). Para a coordenadora na EMATER-DF a *“agroecologia permite responder a uma diversidade de demandas e de situação, mas sem pretensão a gerar automaticamente uma conversão”* (DISTRITO FEDERAL, 2017: 2).

3.2. As definições dos movimentos sociais e das organizações de produtores

Os membros da Articulação Brasiliense de Agroecologia (ABRAA) adotam a definição da ecologia política e da ecologia “como ciência” de Altieri (1995). Para um membro fundador da AGE, logo da ABA e responsável pela primeira Coordenação da produção Orgânica no MAPA,

“A terminologia agricultura orgânica já vinha se consolidando e a colocação do Altieri é que a agroecologia era a base científica. Então, trazia muito ainda a visão da agroecologia como ciência. Isso fundamentava o que vinha sendo discutido na agricultura orgânica. Foi fundamental para responder as críticas e brigas na Federação de Associações de agrônomos onde nos diziam anti-ciência e que nós estávamos indo contra a ciência moderna da agricultura que embasava a revolução verde. E aí, a agroecologia aparece como uma proposta de trazer um pouco essa discussão”.

Mas ele reconhece a especificidade da visão e da prática inicial em torno da promoção da produção orgânica no DF.

“Só que tem uma coisa que é importante sobre a questão da agroecologia e da agricultura orgânica: quando a gente escreveu a Lei da agricultura orgânica, e depois quando a gente construiu o regulamento, o decreto, em 2007, no MAPA, usamos como princípios da agricultura orgânica os princípios da agroecologia. Então se você pega o começo da lei, os objetivos da agricultura orgânica são os princípios da agroecologia. Isso é uma diferença em relação á legislações de agricultura orgânica de outros países. Inclusive esse era um dos motivos que foi mais difícil de fazer entender ao Altieri. Pois, o movimento de agricultura orgânica que a gente praticava aqui não era, vamos dizer assim, antagônico ao movimento agroecológico. Porque o Altieri se baseava na

legislação, como ele morava na Califórnia, ele tinha muito a visão da legislação orgânica dos EUA”.

Para a AGE, no DF, agroecologia e produção orgânica são irmãs gêmeas, “filhas da agricultura alternativa da década de 1980, pois gravitam em torno do mesmo eixo composto pelo tripé: não uso de fertilizante químico, não uso de agrotóxico e preservação do ambiente”. Além disso, a agroecologia é considerada pela associação um movimento contra-hegemônico, uma forma de produzir alimentos, recompondo e mantendo a paisagem natural do terreno. Significa produzir alimentos paralelamente a um trabalho de recomposição ou manutenção do ecossistema em função da paisagem natural.

Por fim, na produção orgânica pode-se modificar toda a paisagem natural e plantar diversos hectares de um mesmo produto. Tanto é que a certificação é direcionada para o produto e não para a propriedade. Então pode ter um produto orgânico que não é oriundo de uma produção agroecológica. Porém, segundo a perspectiva da agricultura alternativa, agroecologia e produção orgânica são formas de atuação diferentes, mas não antagônicas. Gliessman (2014) reconhece que a produção orgânica é um dos caminhos da transição agroecológica. O mesmo ocorre com lideranças entrevistadas:

“O meu produto é orgânico e sua produção é agroecológica, por isso minha órbita dentro do sistema é mais que produzir alimentos saudáveis. É produzir mantendo ou recompondo a paisagem original do terreno com suas espécies nativas. No meu selo, no selo do Sítio Alegria, ele vem escrito produção agroecológica. Agora a gente está virando uma OPAC e a gente vai ter o selo oficial do MAPA, o selo de orgânico. Então o meu produto vai ter o selo oficial de orgânico com o nome de minha propriedade, Sítio Alegria, e o selo orgânico. E aí quando eu estiver vendendo meu produto e alguém falar ‘olha que bom seu produto é orgânico’, eu falo ‘sim e a minha produção é agroecológica, certo?’. Eu não tenho, e pode ser que alguém, algum produtor agroecológico queira que no rótulo dele esteja ‘produto agroecológico’. O selo é orgânico, mas o meu produto, além de orgânico, é agroecológico. Eu particularmente, se me perguntarem, o produto do Sítio Alegria, eu vou dizer que a minha produção é agroecológica. Mas essa certificação aqui certifica que o produto é orgânico. Então significa que ele está dentro de todas as regras legais da produção orgânica. Mas é agroecológico” (Liderança da AGE).

Para certos produtores que associam as duas concepções, a modalidade de certificação é que diferencia uma definição da outra:

“Exemplo, a associação só identifica, certifica e reconhece o produto da propriedade orgânica. Eu não posso ter uma fazenda em que eu tenho uma área orgânica e o resto todo é convencional. A AGE não aceita esse tipo de produtor como um associado agroecológico nosso. Mas ele, com esse tipo de produção, consegue um certificado de produto orgânico do ministério. E não é errado, porque o ministério certifica o produto. A associação certifica a propriedade” (Produtor da AGE).

Para vários membros da ABRAA, essa preocupação não é nova e deve ser recolocada no espectro das forças e das etapas numa trajetória para fortalecer uma coalizão para chegar a promover a agroecologia. Reconhecer a produção orgânica e associar o movimento social da agricultura biológica ou orgânica ao movimento da agroecologia era essencial é indispensável.

As pessoas que estavam nesse movimento agroecológico acabaram assumindo essa bandeira e assume um nome. Por exemplo, por que que a gente assumiu a agricultura orgânica quando se fez a lei 10.831 lá em Campinas? A gente tinha, o pessoal do Rio de Janeiro, chamava ABIO (Agricultura biológica), o pessoal do Sul falava em agroecologia, o pessoal de São Paulo era a AO (agricultura orgânica), nós aqui de Brasília era AE (Agricultura ecológica) e por que a gente optou por agricultura orgânica? Foi um consenso, de que como nós tínhamos a IFOAM, a Federação dos movimentos que tinha essa visão internacional, nós tínhamos os EUA com a Lei dos orgânicos, nós entendíamos, naquele momento, que a sociedade estava mais preparada para uniformizar o sentido em termo de agricultura orgânica porque ia ouvir da Europas as mensagens da IFOAM, ia ouvir dos EUA falando orgânico, era mais fácil, já que a gente queria algo que uniformizasse a visão do produto e para facilitar sua identificação no mercado e para isso existia uma Lei para criar um certificação, que o orgânico era a terminologia adequada. Tanto é que tem um artigo da Lorgani que fala: estão dentro da agricultura orgânica a agricultura ecológica, a biológica, e não sei o que lá. Então foi a maneira que a gente encontrou, a gente optou por usar a denominação agricultura orgânica, mas todas estas estão compreendidas aqui dentro.

No entanto, segundo animadores do Núcleo de Estudos em Agroecologia (NEA) da UnB, essa proximidade “pragmática” entre agroecologia e produção orgânica termina mantendo, nas instituições nas políticas públicas do DF, uma visão reduzida da agroecologia, uma versão mais tecnológica, quando não tecnocrática.

Destaca-se como a maior atividade da ABRAA a realização, em novembro de 2017, do X Congresso Brasileiro de Agroecologia, do VI Congresso latino-americano de agroecologia (SOCLA), do VII Seminário de Agroecologia do DF e Entorno e da I Feira da Sociobiodiversidade. A coordenação de agroecologia da EMATER-DF participou da comissão organizadora na condição de coordenadora geral dos eventos em conjunto com a SEAGRI, a Embrapa e a UnB. Ao final da atividade, 26 organizações, incluindo 331 assentados e assentadas da reforma agrária do Distrito Federal e Entorno, participaram da Feira Agroecológica durante o congresso, que contou com 80 estandes de comercialização de hortaliças, frutas, panificados, biscoitos, licores, geleias, doces, cosméticos e artesanatos rural. Foram apresentados 1.900 trabalhos científicos e relatos de experiência técnica. O número de congressistas foi de 4.300 participantes provenientes de mais de 20 países da América Latina, Estados Unidos e Europa.

4. Processos: grupos de interesse e coalizões

No caso do DF, tanto o grupo de interesse dos produtos orgânicos e quanto aquele ligado à agroecologia têm a mesma origem, especificamente no grupo de pioneiros dos anos 1980 já mencionado, e estes mantêm membros comuns. No entanto, segundo os momentos e os temas em pauta, estes grupos vão defender propostas comuns ou propostas próprias a interesses específicos. Por fim, o grupo dos servidores do DF e do governo federal compartilha ações, apoiando de forma alternada os dois grupos de interesse de produtores e empresários.

Esses três grupos de interesse formam uma coalizão que promove políticas públicas de agroecologia e produção orgânica e compete por recursos públicos com a coalizão da agricultura familiar produtiva (público do Pronaf), bem como com a coalizão do agronegócio (Sabatier e Jenkins, 1993). Não analisaremos aqui as relações entre essas três coalizões da agricultura no DF, não sendo objetivo do estudo. Apenas vamos examinar os atores, componentes, propostas e ações defendidas por cada um desses grupos de interesse que configuram a coalizão da agroecologia e da produção orgânica. O importante é notar que, no caso específico do DF, esses três grupos de interesses foram capazes de se unir para avançar uma proposta de apoio público a uma agricultura mais ecológica e a produtos orgânicos certificados.

4.1. O grupo de interesse da produção orgânica

O grupo de interesse da produção orgânica se fortalece quando é necessário um processo de certificação para distinguir produtos realmente agroecológicos e orgânicos de outros produtos nas feiras e outros postos de venda de Brasília. Este grupo foi determinante para a criação da CPORG em 1999 e do Sindicato de Produtores de Orgânicos (Sindiorgânicos) em 2002. Com essa expansão vieram as normas de certificação dos produtos orgânicos, mediante o Sindiorgânicos, as certificadoras (Fundação MOA e logo Ecocert Brasil), o apoio do SEBRAE-DF. O grupo é conduzido por produtores cuja subsistência depende da venda da sua produção, tendo sido progressivamente liderado por produtores maiores (médios e empresários) como a Fazenda Malunga, o sítio Corujinha, a AGE. Esse grupo recebera apoio da SEAGRI, da CEASA e da EMATER-DF e do SEBRAE-DF e logo do MAPA e até do MDA-SDT e da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG).

A construção de alianças com o governo federal está relacionada à proximidade com a sede do governo em Brasília, como explica um dos pioneiros que prestou serviços tanto no governo do DF quanto no MAPA.

Naquela época, a gente tinha uma associação da FAEAB (Federação das Associações dos Engenheiros Agrônomos do Brasil) que fez com que houvesse uma articulação no do DF, talvez até mais importante que a AGE. Foi a Associação dos Agrônomos do DF ter

adotado essa bandeira da agricultura alternativa o mais importante. Por isso, por exemplo, tivemos envolvimento com o Lutzenberg quando ele foi ministro do meio ambiente do Governo Collor. E quem ele veio procurar? Veio procurar a gente porque nós já éramos uma referência que ele conhecia do movimento contra os agrotóxicos (um dos pioneiros)

Segundo os produtores pioneiros entrevistados, eles “conseguiram, no primeiro momento, sobreviver e não falir porque agregaram valor econômico ao produto e tiraram alguns atravessadores”. No ano de 1995, eles organizaram o 1º Seminário de Agricultura Alternativa do Distrito Federal. Em 2002 eles tiveram acesso a certificação por meio do Sindiorgânicos.

Segundo os produtores isso foi essencial: “Agora não precisa mais o produtor falar com o consumidor de que seus produtos é saudável e preserva o meio ambiente. Tem uma instância que certifica isso”.

Para esses pioneiros, a iniciativa das três primeiras associações de produtores orgânicos do Brasil (Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro) foi importante:

“Quando a AGE foi criada no Brasil, a gente tinha a experiência da COLMEIA do Rio Grande do Sul que foi anterior à fundação da Rede Ecovida. Participamos do movimento junto com o pessoal do Rio de Janeiro que tinha a CONATURA que era uma cooperativa que trabalhava com agricultura natural e essa cooperativa resolveu criar a ABIO (Associação de Agricultores Biológicos do RJ). Na época, como éramos do Rio, tínhamos uma ligação com o pessoal de lá, inclusive até trocar conteúdos para criar as normas da AGE e da ABIO (...).” Assim, nessa história, em 1999 a gente cria a CPORG, e começa a ter um processo; alguns Estados entenderam rapidamente isso, como foi caso de SP e DF, do Acre, por incrível que pareça, o Acre tinha uma CPORG logo de cara” (Produtor da AGE).

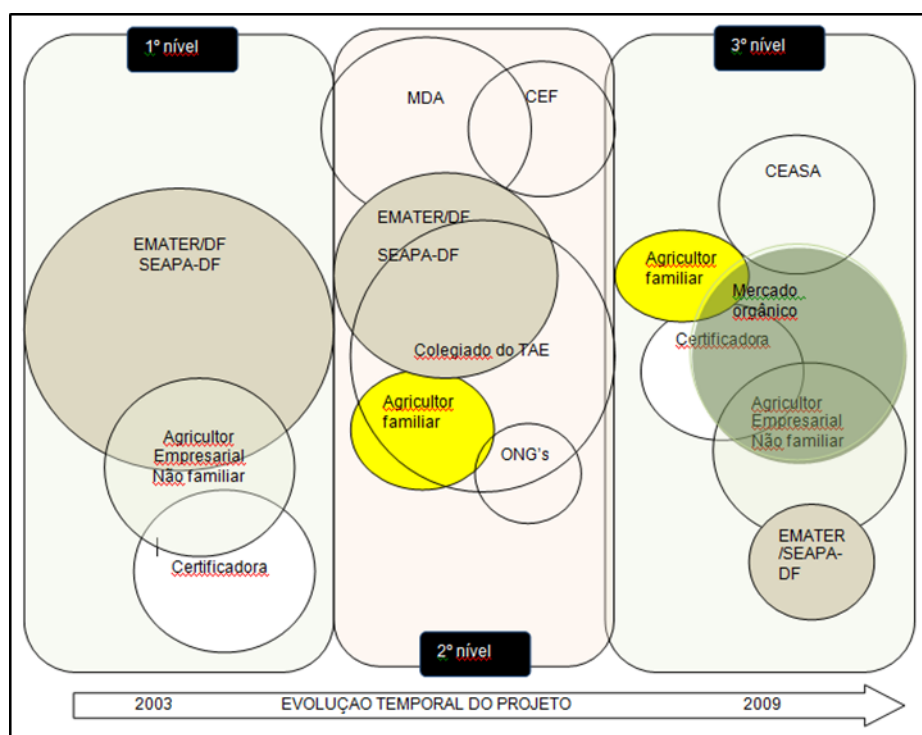
Depois da criação do Sindiorgânicos, com o apoio da Fundação MOA, do SEBRAE-DF, da ECOCERT Brasil⁹, os esforços dos produtores orgânicos grandes e médios do DF (Malunga, AGE e outros) se concentraram na obtenção de um espaço de comercialização na CEASA –DF. Para isto, teceram alianças mais amplas para obter apoio do MDA, da SEAGRI-DF e até da CONTAG (que apoiava um projeto de comercialização da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE/DF) no Ceasa, justificando o envolvimento de 80 agricultores familiares do DF.

Para isso foi criada a Associação do Mercado Orgânico do DF, dirigida por um núcleo de pequenos empresários. Em 2004 um financiamento do MDA foi obtido para a construção do mercado através do Território da Cidadania Águas Emendadas. No entanto, o projeto teve que esperar até 2008 para ser concretizado com um co-financiamento da SEAGRI-DF e um complemento da Secretaria de Ciência e Tecnologia do DF então chefiada por Joe Vale.

⁹ Em 2001 a Ecocert, Empresa Francesa de Certificação, se estabelece no Brasil, inicialmente constituída como uma Associação e posteriormente, em 2005 como uma empresa Ltda.

Os integrantes desse grupo de interesse, e em particular suas lideranças, têm uma visão empresarial e comercial da produção orgânica e agroecológica. Essa estratégia convém bastante para uma demanda urbana como a de Brasília, para venda em supermercados, restaurantes, lojas orgânicas e feiras. No entanto, para poder escoar quantidades importantes, esse grupo precisava também de um espaço comercial estrategicamente situado na CEASA-DF. Depois de experiências de venda improvisada na “pedra” da CEASA, mas sem nenhuma infraestrutura, o grupo se consolidou e, ao mesmo tempo se fechou de certo modo, com o projeto do Mercado dos orgânicos do DF. Nessa empreiteira o grupo contou com o apoio de instituições que compartilham essa visão empresarial como o SEBRAE, o Sindicato dos Orgânicos e a Ecocert Brasil. A aliança provisória com a Agência Regional de Comercialização para Agricultura familiar da RIDE-DF (ARCO) criada por iniciativa da CONTAG, foi mais estratégica para obter o financiamento do Mercado Orgânico por meio MDA, no marco do Território Águas Emendadas (Landel, 2009; Sabourin et al, 2014).

Figura 5. Representação gráfica da evolução da configuração social dos atores ao longo da trajetória do projeto Mercado Orgânico do DF



Fonte: Landel (2009)

A trajetória do projeto do Mercado Orgânico mostra a habilidade e a atuação estratégica de verdadeiros “empreendedores de política pública” no sentido de Kingdon (1984)¹⁰.

¹⁰ Para Kingdon (1984) esse empreendedor de política pública é quem está disposto a investir seus recursos - tempo, energia, reputação, dinheiro - para promover uma posição em troca de um ganho futuro antecipado na forma de benefícios materiais, propositais ou solidários". Os empreendedores políticos usam ideias inovadoras e não estratégias tradicionais para influenciar a sociedade, criar oportunidades e promover os resultados desejados.

Massardier (2008) define assim esse perfil de gestor de políticas públicas:

Os empreendedores estão dispostos a mobilizar seus próprios recursos – tempo, energia, reputação, dinheiro – para investir em uma posição na expectativa de um retorno sob a forma de benefícios. ‘Eles têm três qualidades’ i) a capacidade de ouvir os outros e de falar em seu nome, ocupando uma posição de decisão; ii) a capacidade de ser reconhecidos pelo seu capital social, por seus recursos em termos de rede e competências de negociador; iii) pela sua persistência e tenacidade na ação. (...) Estes empreendedores de políticas públicas procuram seus próprios benefícios na promoção de uma concepção de política pública que tentam impor na agenda política (MASSARDIER, 2008, p.36).

Landel (2009) mostra a evolução das alianças construídas para obter o apoio público do Mercado Orgânico (figura 5). O projeto inicial contava apenas pequenos empresários. Em 2005, para obter o financiamento do MDA, justifica-se de 80 agricultores familiares. Em 2009, a associação de produtores é substituída por uma cooperativa que requer um mínimo de 20 sócios, assim foram mantidos apenas 2 ou 3 agricultores familiares a título simbólico.

4.2. O grupo de interesse da agroecologia

A coalizão da agroecologia se consolidou em torno da expressão local e principalmente dos membros do movimento social brasileiro da agroecologia, a Articulação Nacional da Agroecologia (ANA) e a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA)¹¹. Ela reúne os intelectuais e técnicos reunidos na ABRAA e algumas lideranças da produção familiar agroecológica do DF, basicamente de assentamentos da reforma agrária que seguiram cursos promovidos pelo IFB, a UnB, a Emater ou a Embrapa Hortaliças. Esta coalizão passou a demonstrar maior expressão a partir de 2008, com a organização bianual do seminário de agroecologia do DF. Tal padrão de articulação com base na estrutura de eventos estaduais e nacionais segue os moldes dos antigos Encontros Brasileiros de Agriculturas Alternativas (EBAs) e dos Encontros Estaduais de Agriculturas Alternativas (EBinhas), promovidos pela Federação dos Engenheiros Agrônomos (FAEAB). Após dez anos de realização dos Seminários de Agroecologia do DF e entorno, este grupo levou para Brasília, a realização em 2017 o X Congresso da ABA e também o VI Congresso da Sociedade Latino-Americana de Agroecologia (SOCLA). A criação da Articulação Brasileira de Agroecologia (ABRAA) foi provocada pela oportunidade e necessidade de organização do

O empreendedorismo de políticas geralmente acontece em três fases. Começa com uma demanda no cenário político por alguma forma de inovação envolvendo um bem público. Em segundo lugar, propõe-se um instrumento político inovador para suprir essa demanda. Por último, estratégias são usadas, como formação de equipes, definição de problemas e liderança, por exemplo, para garantir que a inovação seja colocada na agenda. Ao contrário de um intelectual orgânico ou público que se esforça para se afirmar em muitos temas e lugares diferentes e ser publicamente ouvido, um empreendedor político se concentrará em tópicos específicos e possivelmente trabalhará nos bastidores com a elite política e estadual.

¹¹ Os Congressos Brasileiros de Agroecologia (CBA) foram lançados em 2003 e são atualmente realizados pela ABA, criada em 2004 durante o 2º CBA (em Porto Alegre).

CBA em Brasília neste mesmo ano. Esta é composta por EMATER-DF, Embrapa Cerrado, Embrapa Cenargen, Embrapa Hortaliças, IFB e UnB. Não sendo formalizada juridicamente, a ABRAA se caracteriza como uma rede de ação pública, visando debates e difusão do conhecimento agroecológico no DF e região e a implementação de políticas públicas a favor da agroecologia.

Dois principais tipos de ator integram esta articulação: os indivíduos militantes da Agroecologia e Produção Orgânica e as instituições públicas em que esses indivíduos atuam. Seu objetivo principal é organizar os Seminários de Agroecologia do Distrito Federal. Os seminários não eram elementos de implementação das políticas públicas de desenvolvimento rural. Tal articulação de pessoas, assim como os seminários, influenciou as instituições públicas na mobilização em favor da agroecologia. Com isso, nasceu em 2012 a Rede de Articulação Brasileira de Agroecologia, cujos membros incluíam, na sua grande maioria, servidores públicos e estudantes universitários, professores da Unb e do IFB, pesquisadores da Embrapa, técnicos da EMATER e de ONGs.

Os seminários são um dos dispositivos que impulsionam o desenvolvimento da agroecologia, tanto nas práticas agrícolas quanto na co-construção de conhecimentos e saberes. Seus resultados reverberam politicamente na ação pública do DF. Portanto, a ABRAA constituiu uma importante novidade no campo da agroecologia no DF. Ela se articula em três níveis: i) no nível pessoal/individual, para ganhar força em suas instituições; ii) no nível institucional; e iii) no nível de ação pública distrital pela união dessas instituições a favor da agroecologia.

As atividades dos membros da ABRAA que ocupam cargos nos serviços públicos correspondem ainda a uma forma de ação dos “burocratas de nível de rua” para superar as lacunas da implementação de políticas públicas para a agroecologia no DF (Lipsky, 1980). Segundo o conceito proposto por Michael Lipsky (1980), são atores que cotidianamente lidam com performances comunicativas que envolvem a conciliação de variadas demandas, necessidades e constrangimentos (Lotta, 2012), em contextos de implementação de políticas o de serviços públicos.

No entanto, a ABRAA enfrenta algumas dificuldades no que se refere à inserção de novos atores e à oxigenação dos seus processos, além da falta de atores dispostos para animar a rede. Configura tipicamente uma coalizão local em rede pela união dos seus membros em torno da causa da agroecologia. De fato, as relações entre os atores não são aparentemente conflituosas, inclusive, em torno das diferenças entre agroecologia e produção orgânica.

Vale notar que a estratégia de ação dessa rede não é bem definida. De momento, prioriza a realização dos seminários distritais de agroecologia. No entanto, em seu momento de maior atividade, organizou reuniões e visitas itinerantes em algumas propriedades rurais, apoiou a realização de cursos de capacitação, identificou temas através de consulta pública para realização do seminário. Cada indivíduo dissemina suas ideias por meio de seu trabalho na instituição de origem.

De fato, os seminários de agroecologia do DF surgiram tanto das ações individuais quanto institucionais, para apresentação dos resultados dos projetos de agroecologia e produção orgânica em curso e das reflexões do movimento. Nesses seminários acontecem também retroalimentação de ideias, reconhecimentos de parceiros e sensibilização de gestores de órgãos governamentais. Portanto, os seminários são a estrutura de sentido (o objetivo maior) da ABRAA. Através desses eventos se percebe a vontade de construção de uma rede de ação pública dedicada à defesa e ao aprimoramento da agroecologia bem como ao apoio à gestão local do conhecimento agroecológico.

A coalizão atuou na difusão do conhecimento agroecológico e a ABRAA também conseguiu apoio para realizar os eventos, construir agendas, dialogar com deputados e gestores de políticas públicas. A Figura 6 ilustra a atuação e trajetória dessa coalizão de ação pública do DF.

Figura 6: Linha do tempo das ações da coalizão da agroecologia no DF



Fonte: Tadeu da Silva (2019)

Os principais resultados da coalizão da agroecologia do DF que perpassam outros espaços além do conhecimento foram capitaneados pela ABRAA. Observou-se, de forma geral, um aumento da circulação de ideias e conhecimentos de temas sobre a agroecologia. Os desdobramentos dessa nova rede de ação pública a favor da agroecologia constituída pela ABRAA são de fato relevantes. Podemos citar os seguintes instrumentos:

- Inserção de linhas créditos e maiores incentivos no Fundo de Desenvolvimento Rural do DF -FDR;
- Aprovação de um Projeto “Redes Agroecológicas do Planalto Central”, executado pela AGE, no Edital Redes - ECOFORT/2014 do Ministério do Meio Ambiente em 2015 (ver anexo 7);
- Criação do Centro de Referência de Agroecologia e Tecnologias Sociais, em 2016;
- Realização do X Congresso Brasileiro de Agroecologia e do VI Congresso da SOCLA em Brasília, junto com o V Seminário de agroecologia do DF.

Finalmente, a proposta, a tramitação e a aprovação da PDAPO-DF foi a última conquista dessa rede que colocou seus atores chaves na Câmara de Agroecologia e Produção Orgânica do DF. Um membro dessa coalizão marca bem a “distinção” com aquela dos produtores orgânicos: “....a atuação do Joe Vale no sistema legislativo é incerta (depende para que período e que projeto). O projeto de lei nº 125-2015 que originou a PDAPO DF é de autoria da deputada Luzia de Paula, que não tem muita ligação com esse meio da agricultura”.

No entanto, a ABRAA e a coalizão da agroecologia tiveram seus enfrentamentos e diferenças com a AGE e o grupo dos orgânicos, quando as preocupações eram contraditórias ou exclusivamente voltadas para a comercialização. Isso levou à saída de vários membros fundadores da AGE.

E era um risco porque na AGE acontece isso. Um dos motivos porque eu saí da AGE e outros saíram, o Zimermam saiu, o João Luiz saiu, o Oscar saiu, o Leonel saiu e vários dos criadores da AGE saíram porque a AGE acabou se transformando numa associação para viabilizar feiras. Então toda reunião da AGE era para discutir os pontos de vendas, quem vai produzir. A gente não conseguia que a AGE fizesse o que se tinha proposto na criação, ser um espaço de discussão de como a agricultura alternativa poderia crescer e encapar ações. E aí começou a acontecer até coisas complicadas, por exemplo, assim: ah, não vamos aceitar mais produtores porque eles vão trazer os mesmos produtos que a gente já tem e feira não dá conta desse produto. Então vai competir com o meu produto. Então não quero que entre mais produtor.

De fato, na época dos rachas da AGE quem se definia apenas como produtor agroecológico e não dependia apenas da venda para viver (porque produzia também para o autoconsumo), como os agricultores dos Assentamentos de Reforma Agrária do DF, não compartilhava a mesma necessidade de certificação externa e de multiplicar pontos de venda.

No início, os agricultores dos assentados e Colônia 1 e de Brasilândia, antes de existir a certificação por OPAC ou OCS, não eram certificados, produziam segundo os princípios da agroecologia e vendiam os produtos na base da confiança e da reputação, na Universidade de Brasília (ICC Norte), em frente à EMATER-DF ou ao Ministério de Meio Ambiente ou até na 909, embaixo do prédio do Sindicato Rural. Eles saíram da AGE entre 2009 e 2012, porque não aceitavam ter a obrigação de passar mais tempo, isto é duas vezes por semana, e sobretudo aos sábados, para vender muitos produtos e até conservas, uvas e cogumelos dos produtores empresariais como a Fazenda Malunga, etc., quando eles traziam poucos produtos próprios.

4.3. O grupo de interesse do setor público

Os membros desse grupo são funcionários públicos das seguintes instituições: Universidade de Brasília, IFB, Embrapa, MAPA, Ministério do Meio Ambiente (MMA), MDA e EMATER-DF. No caso da Universidade de Brasília, existem dois núcleos de agroecologia que associam aos professores vários estudantes. Seus membros apresentam, todos, um nível de educação superior, experiência profissional na agricultura (muitos são engenheiros agrônomos) e, portanto, são dotados de vários recursos políticos individuais e coletivos.

Pelo perfil, seus integrantes são frequentemente envolvidos em ações de capacitação, pesquisa ou extensão, mas também de assessoria política, formação de agricultores, técnicos e para formulação de recomendações em matéria de instrumentos de políticas públicas de agroecologia, produção orgânica, certificação, comercialização, compras públicas, crédito e extensão rural agroecológica. Por outro lado, em função dessa expertise, são também chamados a ocupar cargos de confiança em órgãos da administração pública no setor da agricultura a nível distrital ou federal, acumulando experiência, capital social, típicos deste tipo de ator multi-posicionado (Massardier, 2008).

Tais atores apoiaram tanto as iniciativas a favor da estruturação da produção orgânica (CPORG, certificação, inclusive participativa, Mercado dos orgânicos) como da agroecologia (feiras agroecológicas, seminários, Núcleos de agroecologia e seminários e eventos em Brasília). A EMATER-DF, a CEASA-DF e em menor grau a UnB e a Embrapa têm apoiado a construção do Mercado Orgânico, mas também a implementação da feira da agricultura familiar e da agroecologia no espaço da CEASA.

Uma característica central desse grupo do setor público é o fato de que vários dos indivíduos que o compõem defenderem a agroecologia e a produção orgânica no seio de instituições federais e distritais. Mas eles têm alcançado um destaque importante nesse sentido, além da escala do DF por três motivos principais.

Em primeiro lugar, alguns trabalham em ministérios ou instituições federais (MAPA, MDA, Embrapa, UnB, IFB) e ao mesmo tempo assumem funções e liderança no movimento social da agroecologia (ABA e ANA). Isso significa que antes de promover a PDAPO no DF, eles tinham experiências adquiridas na elaboração da política de produção orgânica e logo da própria PNAPO. Segundamente, os membros da academia (Embrapa, Universidade, Núcleos de Agroecologia) mantém laços com os produtores agroecológicos familiares dos assentamentos de reforma agrária do DF, mediante cursos e reuniões, visitas e unidades demonstrativas. Em terceiro lugar, em termos de preparação de instrumentos de política pública, além da sua trajetória militante e dos seus recursos (capital social, conhecimentos temáticos, capital educativo) eles conseguem certa eficiência graças à sua situação de multi-posição entre a academia, o setor público, os movimentos sociais e de produtores.

Eles adotaram uma estratégia pragmática considerando a produção orgânica como uma possível etapa na transição para a agroecologia. Por isso sempre apoiaram também instrumentos a favor da produção orgânica.

Tal grupo de interesse associa membros da academia (Embrapa, UnB, Núcleos de Agroecologia - NEAs) e também funcionários da EMATER-DF que tem um perfil mais técnico e pragmático, pela sua função de assistência técnica a todos os tipos de agricultores do DF – do empresário médio produtor de soja com plantio direto até os assentados agroecológicos, passando por agricultores familiares, pecuaristas, e pequenos empresários dos orgânicos. Os extensionistas da EMATER-DF, que estão em contato permanente com os agricultores, têm este tipo de perfil de “burocratas de nível de rua” (Lipsky, 1980) e têm uma visão mais técnica da agroecologia (nutrição das plantas, conservação do solo, luta biológica, uso de bio-insumos, etc.). Este é também o caso dos funcionários da CEASA-DF.

No outro espectro, os estudantes membros dos NEAs, tem um perfil mais militante e ideológico. São extremamente ativos tanto na organização de eventos quanto no acompanhamento de ações nos assentamentos de reforma agrária do DF. Os líderes desse grupo correspondem praticamente ao núcleo fundador da ABRAA, multi-posicionados, bem informados e detentores de um alto nível de recursos políticos e de uma bagagem técnico-científica. Finalmente, aproveitando-se também da experiência acumulada numa trajetória militante e profissional, foram determinantes para a criação da PDAPO DF.

4.4. Uma rede de ação pública da agroecologia e produção orgânica

A ABRAA é o resultado desse trabalho de abertura de variadas frentes e de ocupação de espaços em prol da agroecologia, para além do mercado, da produção e da legislação. Os membros (pessoas e instituições) da ABRAA entendem que é possível haver uma convivência entre promotores da Agroecologia e da Produção Orgânica. Um fator que contribui para a sinergia observada entre os atores da ABRAA é que eles já se conheciam pessoalmente antes da formação da rede, e que compartilham o mesmo mundo do serviço público, da pesquisa e do ensino. Todos são pesquisadores, professores, agentes de assistência técnica rural ou estudantes.

O projeto ECOFORT da Rede Agroecológica do Planalto Central, por exemplo, executado pela AGE, é um exemplo de uma capacidade de ação em comum dos dois grupos de interesse. O projeto trouxe trocas de conhecimentos formais, pessoais e organizacionais. Alavancou a produção, a comercialização e a organização interna das associações, uma vez que destinou recursos para infraestrutura, capacitação técnica e organizacional.

Tabela 3: Elementos constitutivos nos três grupos de interesse que constituem a grande coalizão da agroecologia e produção orgânica no DF

| Grupo de Interesse | Grupo da produção Orgânica | Grupo do Setor Público | Grupo da Agroecologia |
|---------------------------|---|---|---|
| Principais membros | Associação dos Agrônomos do DF, AGE CPORG-DF Sindicato dos Orgânicos Fundação M. Okada Ecocert Brasil SEBRAE-DF e INDEC CEASA-DF CONTAG-ARCO-TAE CVT-UnB Coope Mercado Orgânico Agro-Orgânica Ass Mista dos A F Orgânicos e Produtores Rurais do DF Ass dos Prod de Hortigranjeiros do DF Empresas: Malunga, Sitio Corujinha, Kapra, Desifrut, D'ro, Videiras do lago, MamaGé, Cogu, Hatidori | Universidade de Brasília: FAV, CDS, FUP-NEPEAS, NEA Instituto Federal Agrícola DF Embrapa (Hortaliças, Cerrado e Cenargen) MAPA – Coord AE e PO MDA-SDT EMATER-DF CAO CEASA-DF | AGE, ABRAA Assent. Colonia 1. P Bernardo Aprospera/ S Bartolomeu Ass. Ass. Chapadinha Ass. Prod. Agroecológicos Lago Oeste Ass. Prod. Agroecológicos São Sebastião Ass. Prod Rurais do INCRA 09 Ass Prod Rurais e Agric Fam INCRA IX Ass dos Prod do P.A. Contagem Ass do Grupo de Mulheres Prod do Assent Contagem Ass dos Prod Rurais de Alexandre Gusmão Asso dos Prod Fam Agroecológicos DF e entorno Ass dos Trab Rurais do Assent Três Conquistas NEPAS –FUP, NEA –UnB |
| Crenças | Visão empresarial e comercial; alimentação saudável | Visão pragmática de serviço aos produtores e consumidores | Visão mais radical na transformação dos sistemas agroalimentares |
| Recursos | Políticos, capital financeiro, empresariais | Poder federal ou distrital, capital social e educativo | Capital social e educativo, acesso a redes de Mov. Sociais |
| Arenas e espaços | Assembleia Legislativa DF, CEASA, FAPE-DF-Sindiorganicos, SEAGRI | Administração distrital e federal e escritórios regionais da Emater DF | Seminários e eventos, academia Universidade de Brasília, Embrapa, Assembleia Legislativa |
| Interações | Via AGE e algumas feiras | Emater DF e UnB são pontes, Embrapa e MAPA | AGE e UnB pontes |

Instituições que são comuns às duas coalizões dos orgânicos e da agroecologia e que realizam a ponte entre seus respectivos membros.

Rhodes e Marsh (1992) distinguem cinco tipos de redes de ação pública: i) a rede temática, ii) a rede de produtores (de ideias), iii) a rede intergovernamental, iv) a rede profissional (ou setorial), v) a comunidade de políticas públicas. Estes autores propõem enfatizar as redes temáticas e a comunidade de política pública. No caso da PDAPO-DF, as redes temáticas correspondem aos grupos de interesse dos orgânicos e da agroecologia, a rede intergovernamental corresponde às instituições do setor público federal e distrital e a comunidade de política pública corresponde ao conjunto dos atores mobilizados na rede de ação pública da agroecologia e produção orgânica. Essa configuração (Figura 7) nos dá um tipo de informação meramente descritiva, estrutural e não analítica, a não ser quanto à mudança da configuração da rede, como na Figura 5 sobre a evolução da coalizão do Mercado Orgânico.

Figura 7: Esquema da rede de ação pública da agroecologia e produção orgânica no DF



Fonte: Elaborada pelos autores

A identificação de atores multi-posicionados nos indica relações dinâmicas entre as subredes temáticas ou grupos de interesses e permite evidenciar o papel de intermediário ou de mediador que assumem entidades como a AGE, a EMATER-DF ou a UnB. De fato, as redes de ação pública produzem sentido e conhecimentos, portanto, se constituem a partir de uma matriz cognitiva comum. Isto é particularmente evidente no caso da subrede da agroecologia do DF e da preocupação dos seus membros em manter uma identidade e uma dinâmica de gestão do conhecimento agroecológico. Desta forma, a coalizão da agroecologia se identifica também, como uma comunidade epistêmica.

Le Galès e Thatcher (1995) associam a rede de ação pública as incertezas dos processos de governança, em particular em termos de articulação e coordenação. Eles definem a governança como um “processo de coordenação de atores, de grupos sociais, de instituições para atingir metas próprias discutidas e definidas coletivamente em ambientes fragmentados e incertos”. Essa definição traduz bem a fragmentação e a incerteza que envolve a realidade com o futuro das políticas para agroecologia no Brasil e no DF.

5. Institucionalização e primeiros instrumentos

5.1. Modelo de governança /gestão

A execução da PDAPO é confiada à SEAGRI, atuando principalmente através da EMATER-DF. Para a orientação e acompanhamento-avaliação da PDAPO foi criada uma instância de gestão, a Câmara Setorial da Agroecologia e Produção Orgânica (CAO-DF) pelo Decreto nº 38.618/2017. Ela é um órgão consultivo do Governo do Distrito Federal, vinculada à SEAGRI-DF, com o objetivo de debater e acompanhar ações e apresentar proposições relacionadas ao desenvolvimento da agroecologia e da produção orgânica no Distrito Federal. Compete à CAO-DF, junto ao PDAPO: 1) a proposição das diretrizes, dos objetivos, dos instrumentos e das prioridades da PDAPO, 2) a interação das instâncias governamentais e não governamentais relacionadas a agroecologia e produção orgânica; 3) o acompanhamento da execução das ações da PDAPO; 4) a coordenação, a mobilização e o monitoramento das ações e dos processos que contribuam para o cumprimento da PDAPO; 5) os projetos e as ações e a previsão dos recursos financeiros;- as responsabilidades e os indicadores de monitoramento e avaliação; 6) as ações de fomento à agroecologia e a produção orgânica do Distrito Federal.

A CAO-DF é composta de forma paritária por representantes titulares e suplentes do governo e, também, por representantes dos grupos de interesses da agroecologia, da produção orgânica e da sociedade civil (Quadro 3).

Quadro 3: Membros da CAO-DF

I - Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal - SEAGRI/DF;
II - Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Distrito Federal - SEMA/DF;
III - Secretaria de Estado de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos do Distrito Federal - SEDESTMIDH/DF;
IV - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal - EMATER/DF;
V - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA;
VI - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA;
VII - Sindicato dos Produtores Orgânicos do Distrito Federal - SINDIORGÂNICO;
VIII - Cooperativa dos Produtores do Mercado Orgânico de Brasília - COOPERORG;
IX - Associação dos Produtores Orgânicos do Bioma Cerrado - AGRORGÂNICA;
X - Associação de Agricultura Ecológica - AGE;
XI - Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Distrito Federal e Entorno - FETRAF/DFE;
XII - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas no Distrito Federal - SEBRAE/DF;
XIII - Instituto Federal de Brasília - IFB;
XIV - Cooperativa de Trabalho e Desenvolvimento da Agricultura Camponesa - CODESTAC ;

A CAO-DF já tem regimento interno aprovado e realizou uma oficina no final do ano 2018 para a preparação do Plano Distrital de Agroecologia e Produção Orgânica a ser elaborado em 2019 para fundamentar a procura de financiamentos, subsídios e fomentos.

Até fevereiro de 2019, os rumos da PDAPO não parecem ser alterados com a posse do novo governo Ibaneis Rocha. No entanto, a CAO-DF foi desestruturada: alguns membros, representantes das instituições, eram cargos de livre exoneração e saíram no final do governo Rollemberg. E no caso dos representantes da SEAGRI, EMATER-DF e de todas as organizações de produtores. Nem todos foram ainda substituídos¹².

5.2. Instrumentos e financiamentos da EMATER-DF para produção orgânica e agroecologia

A EMATER-DF identifica três fontes de financiamento da agroecologia:

- Os Instrumentos da política federal: ATER agroecologia (capacitação, campos demonstrativos, visitas dos técnicos), contratos de Assistência técnica para DF e entorno (Goiás); linhas de crédito federal e distrital, Programa Prospera/Funpeg; (6 anos a juro 2/% 15 000 a 30 000 R\$ até 50 000R\$); Pronaf Agroecologia; compras públicas de alimentos (PAA e PNAE, PAPA-DF com 2, 5 milhões R\$ para produção orgânica e agroecologia e PAA institucional com o Ministério da defesa);
- Recursos da PDAPO-DF: incentivos a pesquisa/ater com redes de financiamento de credito;
- Ementas parlamentares: em 2018, por intermédio de um deputado federal foi conseguida uma ementa de 600 000,00 R\$ para apoio a 630 agricultores familiares da Reforma agraria receber programa de SAF, irrigação, Transição Agroecológica (TAE) e comercialização em TAE.

A EMATER-DF administra os seguintes programas de crédito rural: FDR-DF, Pronaf, FCO, PROSPERA e PROINF, que serão descritos nesta seção. Estão abertos tanto para produção na agricultura convencional como para projetos de agroecologia e produção orgânica.

i. O Fundo Desenvolvimento Rural do Distrito Federal (FDR-DF)

Esse fundo foi criado pela lei nº 2.653/2000. Ele corresponde ao instrumento do programa ProRural e constitui atualmente a principal fonte de crédito do DF. Incorporou aspectos da Produção Orgânica. O financiamento se dá por projetos, que são elaborados e defendidos na Câmara Técnica do FDR pelos agentes de Ater da EMATER-DF. Além disso, são mais acessados por médios e grandes produtores.

A ampliação do FDR, por meio da lei nº 5.024/2013 criou o FDR-Crédito para estudos, equipamentos e custeio. Neste caso, o FDR assume o protagonismo de um dos principais instrumentos de financiamento para ao agricultor. No entanto, os agricultores familiares ligados à agroecologia não conseguem acessar esta modalidade em razão do perfil exigido, especialmente requisitos de regularização fundiária. Em seguida, o FDR foi adaptado por meio

¹² Aparecem divergências entre o decreto nº 38.618, de 16/11/2017 (que regulamenta a PDAPO, cria a CAO e designa as entidades membros), a Portaria nº 10 de 04/05/2018 (designa os representantes das instituições) e a portaria nº 60 de 29/10/2018 (ligada as eleições que revoga a portaria nº10 e designa novos nomes na CAO).

da Resolução da SEAGRI nº 02 de 12/2014, que criou o FDR-Social. Aqui houve a inclusão de Sistemas Agroflorestais, Agricultura Orgânica. Tal modalidade de crédito é voltada para associações de produtores vinculadas aos Conselhos Regionais de Desenvolvimento Rural.

Quadro 4: Instrumentos do DF ligados ao apoio a produção orgânica (1995 -2003)

- **PRAT:** Programa de Assentamento de Trabalhadores Rurais foi criado por meio da Lei nº 1.572/1997 com o objetivo de propiciar ao trabalhador rural no âmbito do DF: i) acesso à terra; ii) acesso à política de aplicação de crédito; iii) assistência técnica; iv) ações e orientações sobre os meios de preservação e conservação dos recursos naturais e; v) dignidade e bem o estar social;

- **DECRETO Nº 34.289/2012:** Regulamentação do PRAT após 15 anos. O PRAT foi criado em 1997

- **PROVE:** Programa de Verticalização da Pequena Produção Agrícola (foi instituído na forma de Lei nº 1.825/998). Seu objetivo era incluir os agricultores marginalizados pelas políticas, através de construção de agroindústrias. Foi um programa inovador no país e serviu de modelo para outros entes federados;

- **ProRural:** Plano de Desenvolvimento Rural do distrito Federal ProRural, instituído pela Lei 2499/1999. Substituiu o PROVE sob a alegação atender todos os produtores rurais;

- **MOCeasa:** Mercado Cooperativo Orgânico construído em 2001, inaugurado em 2005. Esse mercado foi criado para fortalecer a comercialização de produtos orgânicos. Atualmente é gerenciado por uma cooperativa, o que dificulta a entrada de agricultores descapitalizados para comprar uma cota-parte;

ii. Fundo Programa de Microcrédito Produtivo Orientado (PROSPERA)

Criado pela Lei Complementar Nº 005/1995 (FUNSOL), o fundo destina uma parte de crédito para agricultores. Essa modalidade de crédito tem sido bastante utilizada pelos agricultores familiares e assentados da reforma agrária, sendo mais voltado para agricultores familiares e para assentamentos como o de Chapadinha.

iii. PRONAF

As linhas Agroecologia e Eco do Pronaf e do DF são pouco acessadas por falta de divulgação mais do que por resistência do banco (embora os bancos prefiram os créditos para produtores patronais com juros mais elevados) como o Fundo Institucional do Centro-Oeste- FCO. Por isso a capacitação dos técnicos do banco sempre é necessária, uma vez que quem executa crédito rural nos bancos tem pouco conhecimento sobre questões agrícolas, sobretudo no que se refere à agroecologia e à produção orgânica.

O Pronaf deixou de ser uma linha “a fundo perdido” ou com juros muito baixos. O seu acesso pelos agricultores familiares do DF é dificultado pela falta de regularização fundiária e de acesso à Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). A não regularização fundiária e falta da DAP são grandes limitantes para pequeno produtor. Segundo a EMATER-DF, muitos assentados da reforma agrária não têm perfil ou tradição para acessar crédito com sucesso. Porém, pelo que observamos, os agricultores que produzem em sistemas agroecológicos e comercializam nas feiras, no CEASA e nos restaurantes, mostram capacidades de gestão que deveriam lhes garantir o acesso ao crédito. Muitos fazendeiros da região não chegam aos mesmos níveis de

produtividade e qualidade destes produtores. No DF, segundo a então coordenadora de agroecologia da EMATER, só se tem conhecimento de um contrato de Pronaf Agroecologia. As linhas do FDR e do PROSPERA são mais interessantes para EMATER-DF, que participa da câmara técnica de atribuição desses créditos e não das outras linhas.

5.3. Instrumentos que dialogam com a PNAPO e com efeitos relevantes

A PDAPO foi regulamentada em novembro de 2017 pelo Governo do DF¹³ e ficou a cargo da SEAGRI sua execução. Para a ex-coordenadora de agroecologia da EMATER-DF existe uma boa articulação entre a PNAPO (se ela for mantida) e a PDAPO. Primeiro, é preciso articular orçamentos entre a programação federal (4 anos) e a do DF (anual). Mas já são implementadas atividades de capacitação e fomento com previsão de criação de centros de referência para agroecologia e produção orgânica no DF com apoio da PNAPO. Cinco instrumentos são principalmente objeto de interações e coordenações entre a PNAPO e a PDAPO-DF:

i. ATER Agroecológica

No DF, o principal instrumento para agroecologia que dialoga com a PNAPO é a ATER agroecológica, associada as evoluções da PNATER desde 2004 e a criação da PNAPO. Hoje, a Coordenadoria de Agroecologia da EMATER-DF afirma que todos os escritórios locais têm competência em agroecologia e produção orgânica.

De maneira geral, a ATER se divide entre apoio técnico à produção e apoio à certificação. A maioria do trabalho do extensionista para agroecologia e produção orgânica constitui em sensibilização e capacitação, não é só dia de campo. O apoio a produção passa por visitas, unidades demonstrativas e teoricamente a elaboração de projetos de crédito.

A política nacional de ATER com enfoque agroecológico responde à demanda da comunidade. Na maioria dos casos, são comunidades e assentamentos do Lago Oeste. A sensibilização sobre as práticas tem a ver mais com trabalho na escala individual.

A EMATER-DF foi associada ao projeto do centro de aprendizagem em tecnologias sociais que funcionou um tempo no CEASA. Houve cursos com a Embrapa para produção de mudas de horticultura orgânica.

¹³ Decreto nº 38.618, de 16 de novembro de 2017 que regulamenta a Lei nº 5.801, de 10 de janeiro de 2017 que instituiu a Política Distrital de Agroecologia e Produção Orgânica do DF.

Quadro 5: Os instrumentos ligados a agroecologia no DF e a criação da PNAPO (2012-2016)

- **PAPA-DF:** Programa de Aquisição da Produção da Agricultura, Lei 4752/2012 tem linha de comércio para produtos orgânicos;

- **INCENTIVO A BPA:** Boas Práticas Agropecuárias, portaria nº 35 de 12 de maio de 2016. O Agricultor com boas práticas, o que inclui a produção orgânica como BPA, pode financiar 100% dos projetos;

- **CRIAÇÃO DO CRATS:** Centro de Referência em Agroecologia e Tecnologias Sociais é um acordo de cooperação entre Secretarias de Estado do GDF de 2016. O objetivo é integrar ações e difundir tecnologias sociais agroecológicas para aos agricultores familiares. Está com suas atividades interrompidas, devida a reformulação governamental. O CRATS no CEASA só teve 2 anos de atuação. A iniciativa não teve muita coordenação com EMATER-DF. Depende da Secretaria de Desenvolvimento Social do DF e da Ceasa e “teoricamente da EMATER” que, em realidade queria manejar o centro, o que não foi aceito.

- **CRIAÇÃO DO MAFCEASA:** Mercado da Agricultura Familiar. Espaço de comercialização exclusivo de associações de agricultores familiares;

Em 2017 também foi realizado o I Encontro de Inovação Tecnológica da produção Orgânica do Distrito Federal, que recebeu agricultores, técnicos e fornecedores do Distrito Federal e Entorno com o objetivo de promover e apoiar a cadeia produtiva da produção orgânica local, o desenvolvimento tecnológico e a geração de emprego e renda. O evento contou com apoio das autoridades públicas do executivo e legislativo do DF e do Governo Federal e despertou grande interesse dos agricultores para o tema.

Segundo a então coordenadora de agroecologia da EMATER-DF: “Não existe uma grande dinâmica coletiva no DF, os grupos vão se desfazendo, os produtores que passam a ser mais tecnicizados saem dos grupos para levar seu negócio para frente”

Entre o apoio às iniciativas pontuais, existe muita demanda e bastante trabalho sobre o controle biológico. Entretanto, o controle biológico requer cuidados porque muitas empresas o vende tal como um pacote tecnológico, caro e nem sempre com capacitação adequada. Vendem solução simplificada, ilustrando a tendência da substituição de insumos da produção orgânica. Por exemplo, um preparo artesanal de microrganismos eficientes é baratíssimo, mas a dose das empresas é de R\$ 400. A questão da nutrição e manejo do solo (não é só usar esterco ou composto) e a do controle biológico mobilizam muitos técnicos da EMATER-DF.

Em 2017, 1.714 agricultores e agricultoras receberam ações de ATER para o desenvolvimento da Agroecologia e Agricultura Orgânica. Essas ações culminaram no aumento da produção certificada, fazendo com que a EMATER-DF negociasse a inserção da compra de alimentos orgânicos na modalidade PNAE, PAA e Papa-DF. No total foram 134 produtores familiares beneficiados com esses programas de governo.

No entanto, para acesso a crédito específico, a certificação é cada vez mais necessária.

ii. Certificação

Eram 50 produtores certificados em 2010, 200 em 2015 e 272 em 2018. Houve também a criação de OPAC (AGE) que apresentam alternativas a certificação por auditoria externa do Sindiorgânicos associado com a Ecocert. A EMATER-DF participou da construção da primeira OCS no Assentamento Chapadinha em Planaltina. OCS e OPAC permitiram uma adesão maior de produtores agroecológicos que não podiam financiar uma certificação por auditoria externa. Os produtores da agroecologia e da produção orgânica certificados estão, sobretudo, nas áreas de assentamentos de reforma agrária: Paranoá, São Sebastião, Brasilândia, Planaltina.

iii. Reforma agrária e regularização fundiária

Os responsáveis da EMATER reconhecem que a agroecologia no DF tem progredido muito pela influência dos movimentos sociais de luta pela terra. A produção agroecológica familiar do DF está na sua grande maioria restrita aos assentamentos. Não foi por acaso que a CNAPO, para o PLANAPO II, exigiu mais esforço de reforma agrária ou fundiária (mais acesso à terra) para promover mais a agroecologia. No DF, segundo o então Presidente da EMATER, a reforma agrária bem-feita existe e tem resistido. Por exemplo, o cultivo de morango orgânico foi tema de muitas capacitações nos assentamentos. Ele relata casos de que na produção de morango, cada hectare plantado, cria 10 empregos.

Deve se reconhecer, indicou o então Presidente da EMATER-DF, que precisa de R\$ 100.000 a R\$ 500.000 para criar um emprego no setor da informática. Ao passo que precisa de apenas R\$ 25 a 50.000 para criar um emprego na agricultura familiar via reforma agrária.

iv. Ecofort

O Ecofort foi o instrumento que representou a principal inovação da PNAPO. Trata-se de um programa de fortalecimento institucional e capacitação para redes de gestão de conhecimento agroecológico descentralizadas. O programa contou com R\$ 34,6 milhões de investimento social da Fundação Banco do Brasil e de Fundo Amazônia, gerido pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

A AGE foi responsável pela execução da Rede Agroecológica do Planalto Central, uma das 28 redes habilitadas pelo edital Ecofort Redes, voltado a projetos de produção agroecológica e agroextrativista sustentável.

Na região, o projeto da Rede do Planalto Central envolveu diretamente 3.216 pessoas do DF e mais três municípios: Cidade Ocidental e Padre Bernardo, em Goiás, e Unaí, em Minas Gerais. Unidos na rede, os produtores familiares passam por capacitação, compartilham equipamentos e veículos adquiridos no projeto, trocam experiências e juntam forças na logística de comercialização e distribuição dos produtos em feiras livres nas cidades. A Emater-DF, a UnB e a Embrapa participam do apoio técnico-científico dentro dessa Rede.

v. As compras públicas a agricultura familiar

Com a ampliação das formas de certificação para produção orgânica e agroecologia no MAPA (Decretos de 2007 e 2011) foi possível aplicar preços melhores (15 a 30% superiores) para produtos agroecológicos e orgânicos nas compras públicas a agricultura familiar, por meio do PAA e do Programa Nacional de Alimentação Escolar que tem estimulado a produção orgânica e agroecologia.

O Governo do DF tem apoiado contratos de compras públicas de alimentos com agricultores da reforma agrária. Por exemplo, o programa PAPA-DF mobiliza R\$ 13 milhões/ano, dos quais 10% para a produção agroecológica. Uma linha do PAPA-DF chama-se “Cesta verde” para produção orgânica e representou em 2017, um total de R\$1. 800.000 para 30 a 40 Agricultores familiares certificados.

Conclusões

A PDAPO-DF tem como objetivo ampliar o enfoque agroecológico nas propostas de desenvolvimento rural do Distrito Federal, contemplando novas bases metodológicas, técnicas e científicas. Procura promover estratégias e ações objetivas para iniciação e progresso pelos caminhos da transição agroecológica e contribuir para o aumento da produção de alimentos saudáveis através da construção de sistemas de base ecológica. Trata-se de uma política muito recente, com implementação a partir de 2018, portanto, é muito cedo para avaliar resultados ou impactos. No entanto esta política tem um longo histórico e foi precedida pela aplicação de outros instrumentos distritais ou federais, que permitem analisar as bases de interação entre o nível distrital e o nível federal, hoje, através da PNAPO.

Em termos de ensinamentos da análise da construção da PDAPO-DF, podemos reter quatro elementos centrais:

Primeiro, a reivindicação e promoção dessa política distrital de agroecologia e produção orgânica é o fruto dos esforços de uma coalizão criada em torno de pioneiros da agricultura alternativa desde os anos 1980. Esses pioneiros reúnem todas as características de um núcleo muito próximo e solidário de elites programáticas que teve a capacidade de atuar e mostrar influência nas mais altas esferas da política, dos ministérios, da administração distrital, da pesquisa federal e da Universidade, bem como entre as organizações de produtores. Esta coalizão da agroecologia e produção orgânica reúne três grupos de interesse: a) os produtores, técnicos e políticos do setor da produção orgânica; b) a articulação da agroecologia e c) um grupo expressivo de servidores públicos (distritais e federais) que apoiam as duas sub coalizões citadas.

Os produtores do setor dos orgânicos, na sua maioria pequenos e médios empresários, se caracterizam pela sua capacidade empresarial, atuando como verdadeiros empreendedores de política pública, principalmente na estruturação dos produtores (CPORG, Sindiorgânicos, Cooperativa do MO) da comercialização dos orgânicos (feiras, mercado na CEASA) e da certificação, em particular participativa ou por organização social.

A articulação da agroecologia reúne principalmente os “intelectuais orgânicos” (academia e alta administração) e poucos agricultores agroecológicos dos assentamentos de reforma agrária. Por isso não se caracteriza ainda como um movimento social da agroecologia. A participação de produtores bem como a de consumidores organizados acaba sendo reduzida. Essa rede em torno da ABRAA teve mais preocupação na busca de apoio à gestão do conhecimento agroecológicos e a organização de seminários. Essa rede de gestão do conhecimento agroecológico não está ainda bem fortalecida e estruturada. A reunião das

entidades dos três grupos de interesse na Rede de Agroecologia do Planalto Central, mais centrada nessa função de compartilhamento do conhecimento, poderia constituir uma base regional que vai além da especificidade do DF, dos seus consumidores e produtores. No entanto a não renovação de chamadas do programa Ecofort, pode ter comprometido essa frágil iniciativa.

As 30 feiras agroecológicas do DF e em particular aquelas 20 do Plano Piloto de Brasília se dividem entre os dois grupos, embora o Mercado Orgânico do CEASA tenha sido monopolizado pelos empresários.

O conjunto destes três grupos de interesse, incluindo as duas sub-coalizões, se caracteriza como uma rede de ação pública a favor da agroecologia e da produção orgânica no DF (Landel, 2015). Ela tem conseguido, em torno de um grupo de uma dezena de indivíduos centrais e multi-posicionados, manter uma pressão para a elaboração de instrumentos de política pública que culminaram, em 2017, na promulgação da PDAPO-DF.

Em segundo lugar, cada sub-coalizão, agroecologia e produção orgânica, tem mais aproximação com um determinado perfil de produtores. O principal público do apoio da SEAGRI e da EMATER, assim como dos dois Núcleos de Agroecologia da UnB (Nepeas e Nea) corresponde a produção agroecológica e orgânica em assentamentos de reforma agrária. Por outro lado, a produção orgânica mais empresarial que tem se fortalecido historicamente no DF em torno dos restaurantes e do Mercado Orgânico na CEASA, envolve pequenos e médios empresários, aposentados do serviço público e profissões liberais detentores de terras ou de chачras.

Em terceiro lugar, cabe notar que a proposta da PDAPO-DF integrou uma visão ampla da agroecologia e da produção orgânica: ações de combate à pobreza, inclusão social e produtiva, promoção da segurança e soberania alimentar, da equidade, justiça e cidadania no campo também são alvos estratégicos dessa política. No entanto, até hoje, a atuação do programa de Agroecologia e Produção Orgânica da EMATER-DF e da SEAGRI, principais executores da PDAPO-DF, está centrada na tecnologia de produtos e não nas tecnologias de processo¹⁴. De fato, na PDAPO-DF estão incluídas diversas e novas ações mais amplas: capacitação dos agricultores visando à transição agroecológica, implantação e manejo dos agroecossistemas, desenvolvimento da comercialização e acesso aos mercados diferenciados, especialmente o de produtos orgânicos, apoio à organização social dos agricultores, mas essas atividades precisam encontrar recursos e estruturas. Isto deveria ser o objeto da realização do Plano Distrital de Agroecologia e Produção Orgânica do DF no marco da CAO.

Ainda é prematuro analisar resultados e efeitos. No entanto, nos trabalhos de campo, elementos significativos têm sido observados como a menor dependência externa de insumos

¹⁴ Segundo a Pesquisa de Inovação de 2011 (PINTEC/2011), as tecnologias focadas nos produtos visam o aprimoramento ou aperfeiçoamento dos produtos já existentes. A certificação de orgânicos pode ser considerada um exemplo de aperfeiçoamento cujo foco está no produto. As tecnologias de processo referem-se à introdução ou criação de novos métodos e técnicas nos processos de produção. Em nosso caso, os sistemas agroflorestais (SAFs) são exemplos de tecnologias focadas no processo, pois além de utilizar novas técnicas de suprimento de insumos, preocupam com a sociobiodiversidade.

caros e não renováveis, as melhorias sociais e econômicas, a inserção das mulheres na produção ecológica e o acesso a mercados diferenciados, que é bem característica do DF. Se bem que a EMATER-DF dispõe de um corpo de extensionistas capacitados em agroecologia e de um programa de compras públicas (PAPA-DF), a maioria das ações importantes de apoio estrutural dependem de financiamentos federais. Essa fragilidade associada a mudança de orientação política com o novo governo do DF ainda deixa permear dúvidas sobre os recursos específicos da PDAPO-DF, bem como a capacidade da CAO de promover ações de articulação e elaboração de instrumentos públicos de incentivo e fomento às atividades no campo da agroecologia.

Finalmente, e o quarto elemento, os desafios residem essencialmente na consolidação das organizações tanto de produtores agroecológicos quanto dos consumidores. As perspectivas são promissoras, na medida em que o DF conta, além das 30 feiras agroecológicas, com 30 Comunidades Sustentando Agricultura CSAs, entre as quais, a maioria são de agricultores ecológicos. Para isso, a PDAPO-DF deverá investir ainda mais na formação de grupos associativos e cooperativos, propiciando maior empoderamento e autonomia por parte dos agricultores e agricultoras nos aspectos culturais, sociais, produtivos e de comercialização. Mas o maior desafio e a perspectiva inovadora são, seguramente, as ações dirigidas para a estruturação e organização dos consumidores ao exemplo das jovens CSAs de Brasília.

Referências

- ALTIERI M. **Agroecology: The Science of Sustainable Agriculture**. 2e Edition. CRC Press, 1995.
- DISTRITO FEDERAL. **Agricultura Familiar no Distrito Federal: Dimensões e Desafios**. Companhia de Planejamento do Distrito Federal – Codeplan. Brasília -DF, 2014
- DISTRITO FEDERAL. O Mercado de Produtos Orgânicos: Mecanismos de Controle. Companhia de Planejamento do Distrito Federal – Codeplan. Brasília -DF, 2015. In: < <http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/Mercado-Produtos-Org%C3%A2nicos-Mecanismo-de-Controle.pdf> >.
- DISTRITO FEDERAL. **Decreto 38618 de 16/11/2017**. Regulamenta a Lei nº 5.801, de 10 de janeiro de 2017, que dispõe sobre a Política Distrital de Agroecologia e Produção Orgânica – PDAPO. 2017.
- DISTRITO FEDERAL. **Decreto nº 33.642, de 02/05/2012**. Regulamenta a Lei nº 4.752, de 07 de fevereiro 2012, que cria o Programa de Aquisição da Produção da Agricultura – PAPA/DF. 2012.
- DYE T. **Understanding public policy**. Englewood Cliffs, N.J: Prentice-Hall, 1984
- EMATER-DF. **Conjuntura Socioeconômica Rural do Distrito Federal em Números**. Brasília, EMATER- DF,/ SEAGRI DF 2009.
- EMATER-DF. **Participação dos agricultores familiares orgânicos e em transição agroecológica no Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) – Convenio MDS / SEAGRI-DF/EMATER-DF 2012/2013 e no Programa Nacional de Alimentação Escolar 2012**. Brasília. 2013.
- EMATER-DF. **Relatório de atividades 2017**. Brasília, SEAGRI/EMATER. 2017.
- FONSECA, A.; GUERRA NETO, P. ; SILVA, E. . *Planejamento de rede logística de produtos agrícolas orgânicos: agrupamento de unidades em arranjos produtivos locais como estratégia para redução do custo logístico*. **Revista Transportes**, v. 18, n.3, p. 51-59 2010.
- GENIEYS, W. L'émergence d'élite(s) programmatique(s) face à la mutation de l'État français. Barcelona Institut de Ciències Polítiques i Socials, CNRS, WP nº. 261 2007. In : https://www.researchgate.net/publication/36731403_L'emergence_d'elites_programmatiques_face_a_la_mutation_de_l'Etat_francais.
- GLIESSMAN, S. **Agroecology: The Ecology of Sustainable Food Systems**. 3 Ed. CRC Press, 2014.
- HASSENTEUFEL, P. *Sociologie de l'action publique*. Paris : Armand Colin. 2008.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Censo Agropecuário 2017, Resultados preliminares. Rio de Janeiro, IBGE. 2017.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Pesquisa de Inovação de 2011 (PINTEC 2011). Rio de Janeiro, 2013. Disponível em < ftp://ftp.ibge.gov.br/Industrias_Extraativas_e_de_Transformacao/Pesquisa_de_Inovacao_Tecnologica/2011/pintec2011.pdf >.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. XII Censo Demográfico do Brasil, Rio de Janeiro, Brasil. 2010.

JUNQUEIRA, A. ; SUN, D.; COLLINS, R. *Consumer's perception of attributes of quality on minimally processed vegetables in Brasilia, Brazil*. In: **46° Congresso Brasileiro de Olericultura, 2006, Goiânia - GO. Horticultura Brasileira**. Piracicaba - SP: Associação Brasileira de Horticultura, 2006. v. 24.

KINGDON, J. **Agendas, alternatives and public policies**. Boston, MA: Little Brown, 1984.

LAGROYE, J ; BASTIEN, F ;, SAWICKI, F. **Sociologie politique**. Paris : Dalloz-Sirey. 2002.

LANDEL, P. **Sociogenèse d'un projet de développement rural territorialisé – Le cas du Marché Organique à Brasilia, dans le Territoire Aguas Emendadas au Brésil**. Lyon (FRA): Université Lumière Lyon II.100 p. Mémoire (Master 1 – Sciences Politiques), 2009.

LANDEL, P. *Réseaux d'action publique et accès aux connaissances pour la « transition écologique*. **Économie rurale** [En ligne], 347 | Mai-juin 2015, mis en ligne le 30 juin 2017. In: <http://journals.openedition.org/economierurale/4657> DOI : [10.4000/economierurale.4657](https://doi.org/10.4000/economierurale.4657).

LAGROYE, J.; BASTIEN, F.; SAWICKI, F. **Sociologie politique**. Paris: Dalloz Presses de Sciences Po, 2002.

LASCOUMES, P.; LE GALES, P. **Sociologia da ação pública**. Edufal, Maceió 2012.

LE GALES, P. ; THATCHER, N. **Les réseaux de politique publique**. Débat autour des policy networks. Paris, Harmattan, 1995.DOI : <https://doi.org/10.3406/polix.1997.1660>

LE NAOUR, G. Réseaux et politiques publiques. **Administration Education, Bulletin de l'AFAE, Association française des administrateurs de l'éducation**, 2012

LIPSKY, M. **Street-level Bureaucracy: dilemmas of the individual in public services**. New York: Russell Sage Foundation, 1980.

LOTTA, G. O papel das burocracias do nível de rua na implementação de políticas públicas: entre o controle e a discricionariedade. In: FARIA, C. (Org.). **Implementação de políticas públicas: teoria e prática**. Editora PUC Minas, Belo Horizonte, 2012.

MARSH, D.; RHODES, R. **Policy networks in British government**. Oxford /New York: Clarendon Press Oxford University Press, 1992.

MASSARDIER, G. *Redes de Política Pública*. In: SARAIVA, E. e FERRAREZI, E. (Orgs). **Políticas públicas Coletânea**. Vol 2, p. 167-185. Brasília. ENAP, 2007.

MASSARDIER, G. *Politiques et actions publiques*. Paris: Armand Colin, 2008.

MASSARDIER, G. ; LE GALES, P. ; THATCHER, M. (dir.) *Les réseaux de politique publique*. Débat autour des policy networks. In: **Politix**, vol. 10, n°37, p. 177-183.Premier trimestre 1997.

PESSOA GUERRA NETO, P. **Modelo para o planejamento do sistema logístico de distribuição para associações de produtores do setor hortigranjeiro: estudo de caso do Distrito Federal**. Brasília (BR): Universidade de Brasília, 2005.

ORSI, S. Desafios institucionais para a inserção das pequenas agroindústrias rurais no distrito federal. **Dissertação de mestrado**. Universidade Federal do Rio de Janeiro UFRJ. Instituto de Ciências humanas e Sociais, 2001.

Pal, L. A. **Public Policy Analysis: An Introduction**. Toronto, (2nd edition). Nelson, 1992.

PAYRE, R.; POLLET, G. **Socio-histoire de l'action publique**. Paris. La Découverte, 2013.

- PAYRE R.; Pollet G. Analyse des politiques publiques et sciences historiques: quel(s) tournant(s) socio-historique(s)? **Revue française de science politique**, nº 56, Vol 1, p. 133-154, 2005.
- REDE PP-AL , **Construção de políticas de agroecologia nos estados federados do Brasil, Resultados Transversais**. Brasília, Rede Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural na América Latina, 11/03/2019In: <<https://brasil.cirad.fr/atualidades/seminario-sobre-a-construcao-de-politicas-publicas-para-a-agroecologia-e-a-producao-organica-nos-estados-brasileiros>>
- RHODES, R. Policy network analysisIn: MORAN, M.; REIN, M.; GOODIN, R. **The Oxford handbook of public policy**. Oxford University Press. Oxford, New York pp. 425–443, 2008.
- ROMANO, J. **As leituras de redes políticas e sócias nos estudos brasileiros**. In **Política nas Políticas: um olhar sobre a agricultura brasileira**. Mauad X, Rio de Janeiro, 2009.
- RUA, M. **Políticas públicas**. Departamento de Ciências da Administração / UFSC/CAPES/UAB. Florianópolis2014.
- SABATIER, P.; JENKINS-SMITH, H. (Eds.) **Policy Change and Learning: An Advocacy Coalition Approach**. Boulder, CO. Westview Press, 1993.
- SABOURIN, E. *Origens, evolução e institucionalização da política de agricultura familiar no Brasil*. In: **Agricultura familiar brasileira: Desafios e perspectivas de futuro**. Delgado G. C., Bergamasco S M P P (eds.). Brasília: MDA), p 265-291. 2017
- SABOURIN E.; THOMAS S.; EGRET L.; AVILA M. *Inovação social na comercialização de produtos orgânicos e agroecológicos da agricultura familiar no Distrito Federal*. In **Sustentabilidade em Debate**, Brasília v. 5, n. 3, p. 98-119, sept/dez 2014
- SABOURIN, E.; PATROUILLEAU, M.; LE COQ, J.; VASQUEZ, L.; NIEDERLE, P. (Org) **Políticas públicas a favor de la agroecología en América Latina y El Caribe**. Criação Humana/Red PP-AL/FAO. Porto Alegre, 2017
- SCHMITT, C.; NIEDERLE P.; AVILA M.; SABOURIN, E.; PETERSEN P.; SILVEIRA, L.; ASSIS S.; PALM J.; FERNANDES, G. *La experiencia brasileña de construcción de políticas públicas a favor de la agroecología*. In SABOURIN, E.; PATROUILLEAU, M.M.; LE COQ, J.F.; VASQUEZ, L.L.; NIEDERLE P. (Orgs) **Políticas públicas a favor de la agroecología en América Latina y El Caribe**. Criação Humana/Red PP-AL/FAO. Porto Alegre, pp 73-122, 2017
- Serviço de Apoio as Pequena e Microembresas – SEBRAE/DF. **APL da agricultura orgânica do DF**. Brasília, SEBRAE-DF, novembro de 2007.
- SIMEON, R. *Studying Public Policy*. In: **Canadian Journal of Political Science**, v. 9, nº4, p. 548-580, 1976.
- SOUZA, C. *Políticas Públicas: uma revisão da literatura*. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul./dez., p. 20-45, 2006.
- TADEU DA SILVA L. R. A construção da Agroecologia no Distrito Federal através de uma rede de ação pública. **Dissertação de Mestrado**. Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (PPG/MADER). Universidade de Brasília, 2019
- THOMAS, S. **Valorisation agro-alimentaire et commerciale des produits organiques Etude de cas dans le District Fédéral, Brésil**. Montpellier, Mémoire Istom, IRC Supagro, 2013.

Site de instituições

ABA. Associação Brasileira de Agroecologia - <http://aba-agroecologia.org.br/as-redes-tecidas-pelos-nucleos-de-estudos-em-agroecologia/>

AGE. 2013. Associação de Agricultura Ecológica – Historia. [On line]. [2013/07/14]. <URL: http://www.agebrasil.com.br/quem_somos.php>.

BRASIL – Ecofort, Programa de Ampliação e Fortalecimento das Redes de Agroecologia e Produção Orgânica - Brasil. www.secretariadegoverno.gov.br/iniciativas/brasil-agroecologico/ecofort

CIRAD BRASIL - <https://brasil.cirad.fr/atualidades/seminario-sobre-a-construcao-de-politicas-publicas-para-a-agroecologia-e-a-producao-organica-nos-estados-brasileiros>

IFOAM, International Federation of Organic Agriculture Movements. www.ifoam.bio/

Red PP-AL – “Rede Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural na América Latina” - <https://www.pp-al.org/es/noticias>

Anexos

Anexo 1. Arcabouço analítico das políticas estaduais de agroecologia e produção orgânica no Brasil

| |
|---|
| Referencial e metodologia |
| 1-Descrever situação atual da PLEAPO (em construção, aprovada, implementada etc.) Contexto político estadual |
| 2-Atores-chave e trajetória de construção da PLEAPO; Relações entre Sociedade Civil e Governos Estaduais |
| 3-Coalizões políticas (movimentos a favor e contra institucionalização da PLEAPO) |
| 4-Ideias/Concepções de agroecologia prevalentes na PLEAPO |
| 5-Principais espaços de debates e arenas (aonde se discutem as ideias?) |
| 6-Elementos de tensões entre os atores (elementos de desestabilização das coalizões) |
| 7-Nível de institucionalização e atores da implementação da política |
| 8-Modelo de governança/gestão da política (atores e funções; relação Estado-Sociedade Civil), papel da CPOrg nos diferentes processos de construção/implementação da Política |
| 9-Principais (3-4) problemas públicos (sociais) que a PLEAPO visa solucionar (ex: comercialização, educação, produção, Ater, sementes, certificação) |
| 10-Instrumentos de políticas públicas da PLEAPO criados para solucionar estes problemas (instrumentos específicos à política estadual) |
| 11-Instrumentos de políticas públicas da PLEAPO que dialogam com os instrumentos do PLANAPO |
| 12-Instrumentos com resultados mais relevantes até o momento (estados com PLEAPO em implementação) |
| 13-Ensinaamentos e perspectivas - Possibilidades e desafios em face do novo contexto político pós-eleições 2018 |

Anexo 2. Feiras agroecológicas e de orgânicos no DF

| | | |
|---|----------------------------------|---|
| AGE (Associação de Agricultura Ecológica) (8101-2406) http://agebrasil.com.br | Quarta (manhã) | 112 sul (ao lado da escola Ursinho Feliz) Brasília |
| | Quarta e Sábado (manhã) | 315 norte (ao lado da Igreja Messiânica) Brasília 709/909 sul (no Sindicato Rural do DF) Brasília |
| | Sábado (manhã) | 303 norte (ao lado da Igreja Santo Expedito) Brasília |
| Espaço Natural (9963-0988) | Terça, Quinta e Sábado (manhã) | 315/316 norte (em frente à Igreja Messiânica) Brasília |
| TAO Orgânica (9327-5712) | Sábado | 108/109 norte (próximo à escola Pedacinho do Céu) Brasília |
| Mercado Orgânico (9987-2290) | Quinta e Sábado (manhã) | Mercado Orgânico (na CEASA/DF) Cruzeiro |
| | Sábado (manhã) | 315/316 Sul (no espaço do templo Budista) Brasília |
| MOA Internacional (9961-3080) | Segunda a Sexta e Sábado (manhã) | Centro de Agricultura de Produção Natural - DF 180 - KM 19 Brazlândia |
| Grupo de Orgânicos de São Sebastião I (8177-2873) | Quarta (manhã) | QI 25 Lago Sul |
| | Sábado (manhã) | QI 25 Lago Sul Banca orgânicos da Feira do Jardim Botânico |
| | Quarta e Sábado (manhã) | 308 Sul Brasília |
| Grupo de Orgânicos de São Sebastião II (9976-2716) | Sábado (manhã) | Varejão da CEASA – Próximo à Loja Sol Embalagens – Cruzeiro-DF |
| | Quarta e Sábado (manhã) | SCLS 409 Bl. B – lj. 15/16 (atrás do restaurante Girassol) Brasília |
| Grupo Vida e Preservação (GVP) – Assentamento Colônia I (9902-7912 ou 9904-3559) | Terça (manhã) | 505 norte – Anexo do MMA - Brasília UnB – Minhocão, Ala norte - Brasília |
| | Quinta (tarde) | Ministério do Meio Ambiente, Esplanada dos Ministérios – Brasília INCRA (no Palácio do Desenvolvimento SBN) Brasília UnB – Minhocão, Ala norte - Brasília ANEEL 603 norte - Brasília 203 Norte (comércio) - Brasília |
| | Sábado (manhã) | 105 Norte (praça) - Brasília |
| Feira Orgânica da Estação Biológica | Quinta (manhã) | Parque Estação Biológica – final da Asa Norte, Em frente a Emater-DF - Brasília |
| Grupo de orgânicos de Planaltina (9108-9932) | Sábado (manhã) | Ao lado da Adm. Regional - Planaltina |
| AGRO-ORGÂNICA (8165-9963) | Terça (manhã) | lbram 511 norte - Brasília |
| | Sábado (manhã) | QI 11 (no Coreto Renato Russo) Lago Sul QD. 08 (na praça próxima ao estacionamento do Super Maia) Sobradinho DF 009 - EPPN Estrada Parque Península Norte (praça próxima ao estacionamento do Deck Norte) Lago Norte |
| | Domingo (manhã) | DF 015 - EPTM Estrada Parque Tamandua (no SPA do Bálamo) Paranoá |
| | Terça (manhã) 07h - as 14h | Anexo - Ministério da Saúde Brasília |
| ASTRAF | Sábado (manhã) | Banca orgânicos da Feira Permanente - Candangolândia DF 001 Lago Oeste (na sede da Associação dos Produtores do Lago Oeste) Sobradinho |
| | Domingo (manhã) | Feira do Padre - Sobradinho |
| Sítio Geranium | Terça e sexta 10hs - 17hs | Sítio Geranium na estrada de ligação entre Taguatinga e Samambaia - Samambaia |
| FEIRA DO VICENTE PIRES (9941-1880) | Sábado e Domingo (manhã) | Banca orgânicos da Feira de Produtores do Vicente Pires |
| FEIRA DA PRESIDÊNCIA | Quinta 10hs - 15hs | Anexo IV do Palácio do Planalto - Brasília |
| Feira CECAN (Marcelo 9851-1806) | Sábado (manhã) | SQSW 304 no estacionamento do CECAN - Sudoeste |
| Feira 315 Sul (Eron 9918-5964) | Quarta (manhã) | 315 Sul atrás do Colégio Planalto - Brasília |
| MAF - MERCADO DA AGRICULTURA FAMILIAR | Sábado (manhã) | CEASA DF no Centro de Capacitação e Comercialização da Agricultura Familiar |
| FEIRA ORGÂNICA DO SHOPING QUÊ | Terça 17hs - 21hs | Shopping Quê - Águas Claras |
| EMPÓRIO RURAL DO COLORADO | Sábado e Domingo (manhã) | Banca orgânicos do Empório Rural (no balão do Colorado SHTAQ) Lago Norte |

Anexo 3 - Empresas que produzem e processam produtos agroecológicos e orgânicos no DF (Thomas, 2013)

| Empresa | Tipo de produto processado |
|-----------------|---|
| Malunga | Hortalças minimamente processadas e produtos a base de leite vaca |
| Mama Gé | Molhos a base de tomates e outros legumes |
| D’Ro | Doces de goiaba e banana |
| Cogu | Cogumelos secos em conservas |
| Hatidori | Produtos a base de soja e paes |
| Videira do Lago | Suco e geleia de uva |
| Kapra | Produtos a base de leite de cabra |
| Desifrut | Frutas secas |

Anexo 4. Os serviços públicos de apoio: EMBRAPA, EMATER, SEBRAE, DIPOVA

i. EMATER - DF

A Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do DF (EMATER-DF) é uma estrutura fundamental para o desenvolvimento agrícola na região. Seus agentes acompanham e aconselham os produtores por meio de serviços e conselhos através de programas específicos em cada etapa da cadeia de valor, desde a produção até a comercialização de seus produtos. Eles também supervisionam o estabelecimento de estruturas de transformação e oferecem treinamento gratuito no campo ou em suas estruturas.

O "Programa Agroecológico" da EMATER-DF foi criado em 1999. O programa inclui cursos de capacitação no desenvolvimento de redes de marketing e acesso a mercados (especialmente para produtos orgânicos), apoio à organização social dos produtores e ações de articulação e desenvolvimento de políticas públicas para incentivar e promover atividades no campo da agroecologia. Mais da metade dos beneficiários deste programa são agricultores familiares.

A assessoria técnica fornecida pela EMATER-DF, juntamente com políticas de incentivo, é crucial para o desenvolvimento da produção agrícola e de alimentos no distrito para todas as categorias de agricultores, incluindo produtores orgânicos.

ii. EMBRAPA - DF

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agronômica (EMBRAPA), ligada ao MAPA, foi criada em 1973. Como a EMATER, realiza inúmeros serviços para viabilizar atividades agrícolas por meio de soluções inovadoras. A Embrapa Cerrados e a Embrapa Cenargen situadas no DF têm atuado em pesquisas a favor de sementes crioulas e de processos de produção agroecológicos.

A EMBRAPA Hortaliças é uma das 15 células do centro de pesquisa, especializada em atividades de horticultura. Um dos principais passos para o crescimento da produção orgânica no DF foi a criação e implementação por esta unidade do “Centro de Desenvolvimento de Tecnologia Orgânica do Distrito Federal” (CDTORG-DF), com o apoio do Ministério da Ciência e Tecnologia, SEBRAE, EMATER e SindiOrganico. Este Centro trabalha em estreita colaboração com o programa de agroecologia da EMATER. Em 2001, a EMBRAPA Hortaliças também montou uma unidade de pesquisa e jardinagem orgânica (UPPOH).

iii. SEBRAE-DF

O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do DF (SEBRAE-DF) oferece cursos gratuitos para o desenvolvimento de atividades empresariais, presta serviços de consultoria para estudar e apoiar iniciativas de criação de negócios (estudo de viabilidade, planejamento, gestão financeira, marketing, inovação e tecnologia, etc.). Atua como intermediário entre empresas e fornecedores, parceiros e potenciais clientes e também facilita o acesso ao crédito. O SEBRAE DF assinou um acordo em 2007 com o Sindicato dos Produtores Orgânicos do DF, para subsidiar até 70% o custo de certificação da Ecocert Brasil de seus membros. Este acordo abriu o acesso à certificação para muitos agricultores (aumento de 85% entre 2004 (23 participantes) e 2013 (157 participantes), entrevista com o Presidente do SO, 2013). Para o ano de 2012, a doação, com orçamento total de R \$ 80.000, não contemplou todas as solicitações dos produtores que desejavam ser certificados.

iv. DIPOVA Departamento de Inspeção dos produtos de origem vegetal e Animal

Departamento da SEAGRI, a DIPOVA é responsável pela inspeção sanitária dos alimentos. O papel da DIPOVA é garantir a segurança dos alimentos em toda a cadeia produtiva até o local de armazenamento e comercialização nos estabelecimentos do DF.

Os consumidores são informados da conformidade de saúde dos alimentos pela presença do selo DIPOVA nos rótulos ou embalagens e um número de registro específico para cada produto. Diferentes tipos de certificações DIPOVA foram estabelecidos, dependendo da origem (vegetal ou animal) dos produtos a serem inspecionados, e definem um certo número de padrões a serem respeitados. Estas certificações aplicam-se também as unidades “artesaniais” ou de “mini-agroindústria alimentar” até estabelecimentos de escala industrial.

Cursos gratuitos de treinamento em atividades de processamento artesanal e regras de bom comportamento sanitário são emitidos pela EMATER aos produtores que desejam montar uma unidade. Estes cursos são essenciais para a obtenção de um certificado que constitua o primeiro passo da aquisição do selo DIPOVA.

Não há normas específicas para produtos agrícolas orgânicos dentro da DIPOVA. Os produtos processados devem cumprir as regras estabelecidas pela Lei nº 10 831 sobre a composição de produtos formulados. Há dez anos, seguindo o pedido coletivo das organizações de

consumidores do DF, todos os produtos processados de origem animal devem ter o selo DIPOVA para ser vendido oficialmente nas feiras orgânicas.

Os produtores orgânicos enfrentam dificuldades em diferentes níveis na criação de uma unidade de processamento. Os requisitos da certificação sanitária da DIPOVA são quase tão restritivos para uma unidade de processamento artesanal quanto para uma unidade de processamento industrial. Eles são mais importantes para produtos de origem animal. Apenas um produtor orgânico do DF (Malunga) passou a ter a certificação DIPOVA para a venda de produtos lácteos em todo o DF. A atualização para os padrões da DIPOVA requer investimentos significativos em construção, mão de obra, equipamentos e manutenção a longo prazo. Esses custos vão além da capacidade dos pequenos produtores.

A lei 4096/2008 (Decreto 29813/2008) delineando os termos do processamento de escala foi adaptada para iniciativas coletivas, embora nenhum foi agora estabelecida no DF. Segundo o depoimento de um funcionário da DIPOVA, a instalação de estruturas coletivas poderia ser uma solução para os problemas de investimento e o pequeno volume de produtos orgânicos para transformar pequenos agricultores. O reagrupamento de produtos de diferentes explorações ao longo do ano permitiria superar os problemas de flutuação de produção experimentados pelos produtores individuais.

Anexo 5: As organizações de produtores agroecológicos e orgânicos do DF

Tabela 4 - As organizações de produtores agroecológicos e orgânicos do DF

| Organizações | Produção | Comercialização | Contato |
|--|--|--|--|
| AGE Associação de Agricultura Ecológica DF | 15 produtores, Cruzeiro Novo e outras cidades do DF | 306 sul, 909 sul e 315 norte. | Teresa Cristina Corrêa, sitioalegria.teresa@gmail.com |
| Cooperativa dos Produtores do Mercado Orgânico de Brasília | 58 produtores orgânicos certificados de Fercal, Brazlândia, Sobradinho, Planaltina e Paranoá | Mercado Orgânico Ceasa DF e Templo Budista 316 Sul | Hermes Jannuzzi, sitiocorujinha@gmail.com |
| Associação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar ASTRAF | Assentamento Chapadinha, Planaltina | Feira AF Ceasa-DF, PPAA e PAPA-DF | Francisco Miguel - (61) 99921-8815 - |
| Associação dos Produtores Rurais do Lago Oeste ASPROESTE | Lago Oeste | Feira AF Ceasa-DF, PPAA e PAPA-DF | Pedro Sena pedrosena13@icloud.com |
| Associação dos Produtores Rurais e Agricultores Familiares Esperança ASPRAFES | Assentamento Pequeno Willian. Planaltina | Feira A F e Mercado orgânicos Ceasa-DF, PAA | Maria Olidi antoniomartins3368df@gmail.com |
| Associação dos Produtores Agroecológicos de São Bartolomeu Aprospira | São Bartolomeu, Piripau, Itaqui | Agro Orgânica e Mercado Orgânico. 9 produtores participam de 5 CSAS | Fátima Cabral agroecologia.aprospera@gmail.com |
| Cooperativa de Agricultura Familiar Mista do Distrito Federal Coopermista | Planaltina | PNAE, PAPA-DF entregas em 23 escolas de São Sebastião e 26 em Santa Maria. | Jackelliny Natália Dias jackelliny97@hotmail.com coopermista97@gmail.com |
| Cooperativa Agroecológica dos Agricultores Familiares do Projeto de Assentamento Colônia I (Coopafama) | Padre Bernardo e Brazlândia | Mercado da Agricultura Familiar, CEASA -DF, Agroorgânica, Feiras na UnB, Ministério Meio Ambiente e na 505 Norte | João Batista Alves Ribeiro/ (61) 99904-3559. |
| Associação dos Produtores Orgânicos do Bioma Cerrado | Assentamentos Brazlândia | Casa Park, Feira Águas Claras Feiras 112, 115 e 909 Sul e venda via Agro orgânica | (61) 8404-7754 eberdiniz1969@yahoo.com.br |
| Grupo de Produtores Orgânicos de Planaltina e Sobradinho | Sobradinho e Planaltina | Feira Adm. Regional Planaltina e Feira do Padre em Sobradinho | 991089932 |

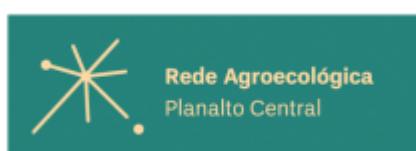
| | | | |
|--|---|---|--|
| Grupo de Orgânicos de São Sebastião 1 | São Sebastião | Feira Jardim Botânico | 981772873 |
| Grupo de Produtores Orgânicos de São Sebastião 2 | São Sebastião | M.O. Ceaasa DF e 409 Sul | 999762716 |
| Grupo Agrofloresta | Sobradinho | Frente EMATER DF | 999573027 |
| Sindicato dos Produtores Orgânicos do DF SINDIORGÂNICOS-DF | Todo DF | Apoio Certificação http://www.fapedf.org.br/sindiorganicos/ | SEPS 709/908 Lote "D" Ed. FAPE 3º Andar Brasília - Telefone: (61) 3233-1702 61-3244-7356 E-mail: sindiorganico@gmail.com |
| Sindicato dos Apicultores do Distrito Federal - SINDIAPIS | 86 produtores Ceilândia, Samambaia e Lago Oeste | Mercado orgânico CEASA DF | Associação Apícola do Distrito Federal - API-DF Clemente de Freitas : clementefreitas@hotmail.com |

Organizações de produtores agroecológicos e orgânicos:

| Agroecologia | Produção orgânica |
|--|--|
| <ul style="list-style-type: none"> - Associação dos produtores rurais do INCRA 09 (APRI 9) da Ceilândia - Associação dos produtores rurais e agricultores familiares do INCRA IX (APRAFI) da Ceilândia* - Associação dos produtores do projeto contagem (APPROCON) de Sobradinho - Associação do grupo de mulheres produtoras do assentamento contagem (PA CONTAGEM) de Sobradinho 2 - Associação dos produtores rurais de Alexandre Gusmão (ASPAG) de Brazlândia - Associação dos trabalhadores rurais da agricultura familiar do assent. Chapadinha (ASTRAF) de Sobradinho | <ul style="list-style-type: none"> - AGE - Associação mista dos agricultores familiares orgânicos e produtores rurais do DF (MISTA) de Planaltina - Associação dos produtores de hortigranjeiros do distrito federal (ASPHOR) Brasília - Associação brasileira para agricultura orgânica (AGRO-ORGANICA) do lago norte - Associação dos produtores rurais e agricultores familiares esperança P. Willian (ASPRAFES) de Planaltina* - Cooperativa do Mercado Orgânico |

| | |
|---|--|
| - Associação dos produtores familiares agroecológicos do distrito federal e entorno (ASFAG) de Planaltina - Associação dos trabalhadores rurais de três conquistas (ASTRAC) do Paranoá | |
|---|--|

Anexo 6: Rede Agroecológica Planalto Central



Categoria: [Redes de Agroecologia](#)

Telefone: (61) 3448-4433

Responsável: Marta Corrêa

Email: redegroecologicapc@gmail.com

<http://www.agroecologia.gov.br/politica#block-views-timeline-block>

Os produtores da Rede de Agroecologia do Planalto Central (DF) e alunos do curso técnico em Agroecologia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IFG/Campus Goiás estiveram na Embrapa Arroz e Feijão nos dias 18 e 20 de novembro onde realizaram visita à Fazendinha da Unidade e ao Banco Ativo de Germoplasma (BAG), objetivando conhecer algumas práticas e pesquisas que são desenvolvidas pela Unidade.

Eles foram recebidos pela pesquisadora Flávia Alcântara e o analista em Transferência Glays Matos que apresentaram aos visitantes alguns dos trabalhos e ações que estão sendo feitos em agroecologia e em sistemas agroflorestais conduzidos pela equipe de agroecologia.

De acordo com Tereza Cristina Correia, presidente da Associação de Agricultura Ecológica (AGE) e coordenadora da Rede de Agroecologia do DF, a iniciativa faz parte do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – Planapo. "Submetemos a proposta de criação da Rede de Agroecologia ao edital do Programa Ecofort, que visa apoiar organizações que atuam na promoção da agroecologia, extrativismo e produção orgânica. A proposta foi aprovada e desde abril deste ano estamos implantando o projeto", esclareceu Tereza Correia.

Nesta primeira fase de visitas, capacitações e trocas de ideias foram implantadas, também, doze Unidades Demonstrativas em agroecologia, em áreas de produção agroecológica de Planaltina, Alto do Paraíso (DF) e Unaí (MG).

A Rede de Agroecologia conta com 28 parceiros, entre associações de produtores, ONGs, instituições de pesquisa e ensino, escolas públicas rurais e, também, é integrada por associações de consumidores que têm afinidades com a produção agroecológica.

Hélio Magalhães (4911 MTb/MG) Embrapa Arroz e Feijão

Anexo 7: As CSA no DF

| CSA | Local Produtores | Pontos de Convivência |
|---------------------------|---|---|
| CSA Verde te quero Verde | Lago Oeste | Praça da 706 Sul |
| CSA Gaspar Martins | Ass. Canaã MST (Brazlândia) | Sede do PSOL (SCS Quadra 5) |
| CSA da Floresta | Jardim Umuarama, Luziânia, GO | CRAS Arniqueiras (Águas Claras) |
| CSA Esperança | Aprospera Pípiripau e Taquara | Adm do Lago Norte – CA 03 |
| CSA Doce Vida | Aprospera Assentamento Oziel Alves III – Planaltina | Escola Vivendo e Aprendendo 603 Norte |
| CSA Deusa da Abundância | Aprospera, assentamento Oziel Alves III – Planaltina | Espaço do Ser, 713 Sul e Objeto encont 102 n Clubeterapia 713 Sul |
| CSA Cultivada | Aprospera Pípiripau e Taquara | Feira de Org Lago Norte e Bhumi (113 Sul). |
| CSA Colmeia Integrar | Aprospera Pípiripau e Taquara | SEMA (511 Norte) e Parque Bosque Sudoeste |
| CSA Brotos D'Água | Aprospera, Assentamento Oziel Alves III Planaltina | Setor Banc Norte Q 2 Ed wagner ADASA – Antiga Rodoferroviaria |
| CSA Biofito | Núcleo Rural Taquara - Planaltina | Casa Vegana (407 Norte) e Hosp. Reg. Planaltina + Minist. Saude |
| CSA Bindu | Lago Oeste | Escola Moara (703 Norte) e Céu de Brasília Sudoeste, Fiocruz/UnB |
| CSA Bela Vista | Aprospera, Assentamento Oziel Alves 3 Planaltina | EMATER-DF |
| CSA Batata Doce | Paranoá - Agrovila Café sem Troco | Prefeitura da 411/12 norte |
| CSA Barbetta | Tororó | 409 Sul, Jardim Botânico e FEPECS (501 Norte) |
| CSA Aldeia do Altiplano | Altiplano Leste | Aldeia do Altiplano Leste |
| CSA Bella | Fazenda Bella Brazlândia | Hubhug - setor comercial Sul |
| CSA Canto Verde | Assentamento Oziel III Planaltina | BRB -509 sul |
| CSA Dona Maria Concebida | Assentamento Canãa, Brazlândia | IPEA S Banc Sul Q. 1 Ed. BNDES |
| CSA Entre Lagos | Núcleo Pípiripau, Planaltina | Condomínio Entre lagos |
| CSA Jardim de Gaia | Tororó | Restaurante Girassol (409 Sul) |
| CSA JK AgroSustentável | Sintrópica Riquezas do Cerrado - Luziânia - GO | Restaurante Buriti Zen 405 norte |
| CSA Madre Terra | Aprospera, assentamento Oziel Alves III – Planaltina | Escola Vivendo e Aprendendo (603 Norte) |
| CSA Madre Terra das Águas | Assentamento Oziel Alves III – Planaltina | ANA - Setor Policial Área 5 Quad 3 |
| CSA Pé na Terra | Aprospera Pípiripau – Planaltina | 408 Sul Bloco A, loja 5 |
| CSA Semente na Terra | Assentamento Oziel Alves III – Planaltina (Aprospera) | Colégio do Sol, 206 Norte, Rest. C'est la Vie (408 Sul), FUNAI |
| CSA Sonho de Deus | Aprospera- Assentamento Oziel Alves III – Planaltina | 709 Norte e Instituto Sociedade, População e Natureza (510 Norte) |
| CSA Toca da Coruja | Lago Oeste | 703 Norte |

| | | |
|--------------|---|--|
| CSA Veredas | Cachoeira do Indaiá e Núcleo Rural Taquara – Planaltina | 711 norte bloco F e Bosque do Sudoeste |
| CSA São João | Núcleo Rural Lago Oeste | Estância Quintas da Alvorada e CA Lago Norte |
| CSA Girassol | Horta Orgânica Girassol – Morro Azul (São Sebastião) | Horta Orgânica Girassol – Morro Azul (São Sebastião) |

Mapa das CSA no DF

